



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

ATA DA 41ª PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CEAS MG

Aos 13 de Dezembro de 2023, às nove horas, na plenária da Casa de Direitos Humanos – MG, realizou-se a ducentésima nonagésima Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela Presidente Arlete Alves de Almeida, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: - **Arlete Alves de Almeida** _ O Movimento do Graal no Brasil; **Gabriela de Almeida Loiola** – CMAS de Salinas; **Gabriele Sabrina** – SEDESE; **Graziele Vieira Cachapuz Machado** – CRP; **Elder Carlos Gabrich Junior** – SEDESE ; **Silvestre Dias** – SEF ; **Isac dos Santos Lopes** – ASQUIS; **Kariny de Amorim Silva** – Bem Estar do Menor; **Patrícia Pinto Valadares** – Federação das APAES do Estado de Minas Gerais; **Marilene Faustino Pereira** – FETAEMG; **Patrícia Pinto Valadares** - Federação das APAES do Estado de Minas Gerais; **Simone Maria da Penha de Oliveira** – CMAS BH; e conselheiros suplentes: **Carla Valéria Soares Vita** – Federação das Associações Sem Fins econômicos de Minas Gerais; **Maria Aparecida Bayão** - Fórum Municipal dos Usuários do SUAS/BH ; **Iara da Costa Nogueira Reis** - Congregação São João Batista – CSJB ; **Michelle Andrade Henriques** – SEE; **Rodrigo dos Santos França** – ASSPROM; em condições de titularidade;; **Claudia Cristina da Silva** – CMAS Uberaba; **Thomás Pereira Sá de Carvalho** – SEPLAG; Membros da Secretaria Executiva: Adelmira, Adriane, Ana Carolina, e Poliana. Para conferir a presença das pessoas.

DONA ARLETE: Então, nós vamos começar nossos trabalhos dessa tarde e a gente vai pedir pra Mira, por favor, que ela confira as nossas presenças por meio da chamada que sempre acontece. Mira, é com você. **MIRA:** Obrigada, Dona Arlete. Adelmira da Secretaria Executiva do CEAS. Vou fazer a chamada da quadragésima primeira Plenária Extraordinária de 13 de dezembro de 2023. Pelo Movimento Graal do Brasil, Arlete Alves de Almeida. **DONA ARLETE:** Presente. **MIRA:** Pelo SMAS Salinas, Gabriela Loiola. **GABRIELA LOIOLA:** Gabriela Loiola, presente. **MIRA:** Pelo CRP, Grazielle Vieira Cachapuz. **GRAZIELE CACHAPUZ:** Presente. **MIRA:** Pelas ASQUIS, Isaac dos Santos. **ISAAC DOS SANTOS:** Presente. **DONA ARLETE:** Bem Estar do Menor, Kariny de Amorim Silva. **KARINY AMORIM:** Presente. **MIRA:** Conselho Central da São Vicente Paula, Lucas Estevão. **ELDER GABRICH:** Lucas informa que vai atrasar. **MIRA:** CRESS, Leandro Carvalho Silva. Ele justificou a ausência. Federação das Apaes Patrícia Pinto Valadares. (...) Ausente. FETAEMG, Marilene Faustino Pereira. (...) está presente, né? (...) Pelo CMAS Belo Horizonte, Simone Maria da Penha de Oliveira. **SIMONE:** Presente. **MIRA:** Pela SEDESE, Elder Carlos Gabrich. **ELDER GABRICH:** Presente. **MIRA:** Pela CEAPA, cadeira está vaga. Pela Secretaria Estadual de Educação, Cleusa Maria de Oliveira. (...) aguardando a presença. SEDESE, Gabriele Sabrina. **ELDER GABRICH:** Presente. Então. CMS Coronel Fabriciano, a Erika. Ela justificou a ausência. Pelo CMS Caeté, Úrsula Cristina. Ausente. Pelo COGEMAS, Jorgiane Sueli de Souza. **ELDER GABRICH:** Justificou a ausência. **MIRA:** Pela Secretaria Estadual de Saúde, a Lígia Camargos, ela está de licença maternidade. Pela Secretaria Estadual da Fazenda, Silvestre Dias, ele está presente, ele saiu para comprar um óculos, eu acho. SEPLAG, Solimar. Assis. (...) Agora vou fazer a chamada dos conselheiros suplentes. Pela Federação da Associação sem fins econômicos de Minas, a Carla Valéria. Presente. Pelo CMAS Conselheiro Lafaiete, Maurilene dos Santos. (...) Ausente. Pelo FETSUAS Felipe Nunes Vieira. Justificou. Pelo Fórum Municipal de lutas pelos direitos dos usuários do SUAS, o Hélio Donizete, ele justificou. Pela ASPROM, Rodrigo do Santos. Pela Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira, ADRA, Sinara. **ELDER GABRICH:** Ausente. **MIRA:** Está ausente. Pelo SINTBREF, Sandra Regina. Ausente. **MIRA:** Ausente. Congregação São João

Batista, Iara da Costa Nogueira. **IARA DA COSTA:** Presente. **MIRA:** Pelo Fórum Municipal dos Usuários do SUAS de Belo Horizonte, Maria Aparecida Baião. **MARIA BAIÃO:** Presente. **MIRA:** Pelo CMAS de Cordisburgo, está vacância, está vacante a vaga. Pela SEDESE, Itamar Melgaço. **ITAMAR MELGAÇO:** Presente. **MIRA:** Pela SEAPA, Ana Carla. Ela justificou a ausência. Pela Secretaria Estadual de Educação, Michele Andrade. **ELDER GABRICH:** Acabou de chegar. **MIRA:** Pela SEDESE, Mariana Resende Franco. (...) Pelo CMAS Barbacena, Daniel Martins de Melo. (...) Ausente. CMAS Uberaba, Cláudia Cristina. Presente. Pelo GOGEMAS, Wellington Duarte. Ele justificou a ausência. Pela Secretaria Estadual de Saúde, Cristiane Aguiar. Vinícius Queiroz Castanheira está de férias e o Tomaz Pereira de Carvalho. **TOMÁS PEREIRA:** Presente. **MIRA:** Obrigado a todos. (...) 00: Mira, Ata para ser aprovada? **MIRA:** Hoje não tem a ATA para ser aprovada devido ao curto espaço de tempo, a empresa não conseguiu degravar, ela enviou para a gente ontem, a gente não conseguiu fazer o cabeçalho, então a gente não tem a ata para aprovar por causa disso. **ELDER GABRICH:** Hoje não temos informes, foi enviado no grupo. **MIRA:** Até ontem a gente estava correndo tentando falar com a empresa. até a Rose me ajudou nisso aí, que o rapaz estava lá no Rio de Janeiro e falou: "Não, vou entregar amanhã" porque eles tem um prazo legal pra entregar, né gente? Nós fizemos já mais para o fim do mês, aí então, ontem, depois da cobrança, lá pela SEDESE, que eu não conseguia falar com ele, é que ele correu pra entregar hoje, às 09h15 da manhã que ele entregou, eu estava aqui quando ela chegou no meio. Então a gente não tem nem tempo pra preparar e eu acho que nem vocês pra lerem, que na verdade seriam duas, né? Seria a 40 e 290, ele só mandou uma também. 00: Então eu só quero registrar aqui que nós estamos aí com essa dificuldade, considerando que a gente está concluindo esse ciclo e dois documentos importantes que possivelmente nós não teremos tempo de aprovar aqui. Depois a gente precisa pensar quando vai ser isso, tá? Obrigada. (...) **ELDER GABRICH:** Então a primeira pauta é PPCAM e a segunda prestação de contas? Eu tava falando com a dona Arlete aqui, que é a doutora Paula do Ministério Público, ela diz que ela quer vir aqui hoje para acompanhar a discussão da pauta do PPCAM, só que ela só poderia ir às 15h30. Aí a gente está propondo fazer prestação de contas primeiro e PPCAM depois, mas aí ela só pode hoje, às **GABRIELE SEDESE:**30, até às 17h00. Ai queria combinar, caso ela chegue, a gente estará no meio da discussão, 15h30. Se a gente vai no meio da discussão para a gente parar, entrar no PPCAM para ter a discussão com a Dra. Paula e depois retornar, o que é que vocês acham? Só pra também não perder a participação dela. Pode ser então? Prestação de contas primeiro e PPCAM depois? Isso, exatamente. Aí se a gente não tiver terminado, a gente pára e entra no PPCAM e depois retorna para prestação. **DONA ARLETE:** Eu havia me esquecido, mas quero dizer aqui que a deputada Bela Gonçalves, solicitou para estar conosco amanhã às 10h00, ela deseja estar nos falando sobre aquele, é um vídeo que tem ela e a Baião falando do recurso de 1 bilhão. Então, é importante, mas a gente também, eu estou defendendo a ideia que a gente aceite nessa visita e ouça a deputada, porque é muito importante para nós também compreender esses processos, esse fluxo, esse trâmite e a gente também sair daqui sabendo que já existe, vai ser votados e vai ser votado. Qual é a incidência que nós, tanto enquanto conselheiros atuais e depois como as ex, nossas comunidades, como que a gente também pode estar fazendo incidência política para garantir que isso seja de fato aprovado. (...) **DONA ARLETE:** Eu vou pedir para Grazi explicar para nós, porque a assessora conversou diretamente com Grazi. **GRAZIELE CACHAPUZ:** Graziele, CRP. Eu imagino que é a Juliana que é assessora da Bela venha também, né? Porque geralmente eles andam com assessores, né? **ELDER GABRICH:** Então a Bela vem também. **GRAZIELE CACHAPUZ:** A Bela vem. Ela falou que quer conversar com a gente, até mesmo pra poder, pra poder a gente ficar bem atento aí, como esse recurso vem? Em que condições? Como a dona Arlete colocou o trâmite que será seguido aí. E aí imagino que a Juliana vem, que a assessora da Bela vem com a vem com ela também. E aí ela perguntou se podia ser em torno das 10h00, ela tinha solicitado. Hoje eu achei que eu entrei em contato com a Dona Arlete, mas eu achei que hoje tinha uma pauta que a gente estava cheia de dúvidas, que foi votado ontem, então seria difícil essa conversa hoje. Ok? **ELDER GABRICH:** Só um ponto então, eu sugiro que do mesmo jeito que a gente pode ser que a gente pare **MARIANA BICALHO:**00 pra entrar no PPCAM, amanhã, dependendo da pauta que a gente tiver, na hora que a deputada chegar, a gente para, para ela fazer a fala dela. A gente faz as discussões, depois retorna. (...)

DONA ARLETE: Está acordada, gente? Ok, obrigada. (...) **ELDER GABRICH:** Então podemos fechar a pauta hoje, prestação de contas, primeiro, segundo e terceiro, PPCAM e aí, se às 15h00, na hora que a dra. Paola chegar, a gente não tiver terminado prestação de contas, a gente para fase PPCAM e amanhã retoma e amanhã às 10h00, quando a deputada Bella Gonçalves chegar, independente da pauta que a gente tiver, a gente para a pauta para a gente fazer a discussão e depois retorna, todos de acordo? É isso então. Acho que podemos continuar. Eu ia sugerir que a pauta da prestação de contas fosse conduzida pela Comissão de Orçamento e as demais comissões vão fazendo as suas ponderações ao longo das ações. **GABRIELE SEDESE:** Gabriele, SEDESE. Eu acho que está baixo o microfone. (...) Então, como o Elder já até adiantou, a gente gostaria de fazer, quando a gente analisa a prestação de contas, a gente faz ponto a ponto, a ação orçamentária por ação orçamentária. Então, a ideia é que a gente discuta ação por ação, então, quando apresentar a primeira, vou colocar como que foi a discussão na Comissão de Orçamento e os demais coordenadores tragam como é que foi a discussão nas outras comissões. Aí é importante só destacar aqui hoje, a nossa reunião foi conjunta com a comissão de Apoio, acho que até por uma organização de espaço da Salas, mas acabou sendo muito produtiva, eu acho que a gente conseguiu trazer, enfim, elementos para a análise da prestação de contas. Então foi à comissão de orçamento e de Apoio, mas se a comissão de Apoio também quiser colocar outras questões, outros membros da comissão de Orçamento também, fiquem à vontade. A gente teve como convidada a Roberta do FEAS também, trazendo e tirando algumas dúvidas sobre a execução orçamentária. A reunião acabou já era 12h00 praticamente, então a gente não conseguiu refletir todas as recomendações na resolução ainda, mas eu acho que a gente vai ter tempo aqui porque a gente inicia a discussão e depois vai parar para PPCAM. Bom, a gente fez a análise consolidada, a gente entendeu que a gente já tem no documento, como é que foi a execução de janeiro a setembro, então a gente já trouxe elementos da análise para os três trimestres. A primeira ação que a gente analisou foi a do Aproximação SUAS, ação no PPAG atual número 1059. Essa ação a gente sugere que seja inserida metafísica nela, porque, entendendo o programa como apoio financeiro, técnico e a questão do acompanhamento, monitoramento que é realizado, então veio pra nós como zero a execução física e aí, pela própria argumentação, pelo qualitativo que está no documento, a gente entende que esses municípios continuam sendo acompanhados, continuam abrangidos pelo programa. Então a gente está sugerindo alteração do documento de prestação de contas para 73 na metafísica, a gente destacou que veio lá informação que os novos 25 municípios que estavam previstos pro PPAG do ano que vem já vão receber o recurso também no quarto trimestre. Então, só adiantando um pouco da discussão do quarto trimestre, que também foi uma coisa positiva, e aí apareceram algumas dúvidas com relação ao acompanhamento que é realizada esses municípios, quanto à efetividade da utilização desse recurso, que não basta a SEDESE, a gente não pode só acompanhar, SEDESE passou o recurso e como é que fica isso? Então a gente explicou um pouco, acho que está até aí, Mariana e Néelson, pessoal que acompanha diretamente a aproximação SUAS apresenta esses dados, já apresentou aqui algumas vezes para a Comissão de Política, esse monitoramento é feito trimestralmente, semestralmente, Mas e isso foi colocado e aí, dona Baião também chamou a atenção novamente para a questão da abrangência do programa. Nós estamos falando. Elas vão chegar ano que vem até 129 municípios, num cenário de 853, então só retomando um pouco do que a gente já traz aqui sobre a aproximação SUAS em toda plenária. Dessa ação, foi e foi essa a discussão que a gente consolidou aqui, aí as outras comissões tem alguma questão, alguma recomendação sobre Aproxima. **ELDER GABRICH:** Elder, pela comissão de Monitoramento. A gente também sugeriu a correção da metafísica de 0 para 73, porque a gente entende que os municípios continuam sendo acompanhados. Então não faz sentido colocar meta 0, até porque dá a entender que o programa é só passar o recurso e acabou e na verdade não é isso. (...) **GABRIELE SEDESE:** Tem mais alguma comissão? Qual comissão mais que analisou? De Normas? A comissão de normas se reuniu, gente? Então fechou. Política, Comissão de Política tem algum acréscimo com relação a Aproximação SUAS? vamos passar então à próxima ação de capacitação, apoio técnico de gestão do SUAS, Metafísica de 15.000 pessoas qualificadas, aí a gente destacou que a execução da meta física foi superada, foi 147%, foram 22.027 pessoas qualificadas até setembro, quando a meta financeira

executada até o terceiro trimestre alcançou 33% do valor liquidado, aí a gente, até durante a comissão, voltou no documento de prestação de contas para verificar o valor empenhado, aí o percentual empenhado e 55% até setembro, essas ações alcançaram 847 municípios dos 853, então 99% participaram de alguma ação de apoio técnico realizada ou de capacitação em formato virtual ou a distância. A gente discutiu um pouco, né? Os gastos principais que a gente verifica na prestação de contas nessa ação foram o pagamento da instituição de ensino superior contratada, a POLI CIVITAS, é um contrato que tem vigência até o final de 2023, como a gente vinha discutindo aqui, a contratação de serviços também está nessa ação, então, pagamento de MGS, estagiários, despesas de diária, passagem, lanche e algumas despesas com sistema de informação (...). Então acho que teve só uma discussão com relação a como a gente executou até 33% valor liquidado, 55% do valor empenhado, acho que foi até a dona Arlete que trouxe isso, da gente já pensar a reprogramação para 2024 dessa ação provavelmente vai depender da execução do quarto trimestre. Mas se ela não avançar até o quarto trimestre, vai ter saldo para reprogramar no ano seguinte. Mas não teve nenhuma, nenhuma recomendação nesse sentido, não. O contrato da POLIS CIVITAS vai até agora, ele continua até o ano que vem, mas é porque a gente deixou seis meses por um período para os participantes conseguirem continuar emitindo certificado, mas o último curso está em andamento até o dia 18, então ele acaba segunda feira, aí é o último curso ofertado e aí a gente não tem mais contrato de capacitação e EAD com tudo aquilo que a gente já conversou para os anos seguintes. **ELDER GABRICH:** Na comissão de monitoramento, a gente pediu para colocar a recomendação de que as capacitações sejam sempre priorizadas, capacitações presenciais e a gente também fez uma discussão, principalmente Gabi e Lara, sobre a importância da capacitação presencial. A Gabi trouxe até pontos que você falou não é Gabi? Você trabalha no acolhimento e aí, por exemplo, você está no mandato de acolhimento, é difícil para o técnico parar para fazer uma capacitação EAD e muitas vezes tem até um entendimento se a pessoa tá na frente do computador vendo uma capacitação de acharem que nem está trabalhando e aí por isso que a presencial importante é a Lara também trouxe um ponto de fazer uma avaliação, um estudo mesmo, da aplicabilidade das capacitações EAD, que são uma estratégia importante, a gente entende, mas tem que se entender se ela está chegando onde ela quer chegar, se de fato as pessoas estão sendo capacitadas, se estão se apoderando dos conteúdos e conhecimentos. Então a discussão ficou nesse sentido, aí se vocês quiserem complementar. **GABRIELA LOIOLA:** Aí só repassar aquilo que a gente vê feito aqui enquanto trabalhador, trabalhadora do SUAS. A respeito da importância das capacitações presenciais, como Elder colocou. E aí, agora que vocês trouxeram essa questão dessa possibilidade de saldo para ser reprogramado, aí que a gente não sabe se existe, mas vai depender dessa execução. Mas se caso houver, refletir dentro dessa metodologia de que a gente vem falando aqui de forma constante, da importância da capacitação de forma presencial, era, mas era isso mesmo. **GRAZIELE CACHAPUZ:** Só trazer um resgate da nossa última plenária, que a gente teve a questão de a gente não aprovar a LOA Pro ano que vem, porque a gente entendeu que não fazia muito sentido aprovar a LOA, já que uma vez que ela já tinha ido pra Assembleia, mas só fazer um resgate. (...) Não, é só porque eu preciso de você. Não estava me atrapalhando não, é pra você me ajudar com a memória. Só fazer um resgate, Gabriela, SEDESE, Gabriele, SEDESE, fazer um resgate que na LOA a previsão para educação permanente era em torno de 50(...) 48.000, né? Então assim 48.000, o NEP nem funciona com 48.000. Então a gente está falando de reprogramar um saldo que talvez seja 10, 15.000, né? O que a gente não tem, não tem previsão. Falando da importância da capacitação, da capacitação e formação, porém, para o ano que vem, o recurso destinado para essa ação é de 48.000. **GABRIELE SEDESE:** Só avisar o pessoal que chegou da pauta do PPCAM, a gente fez um combinado aqui que enquanto os convidados não chegassem, a gente está tocando na pauta da prestação de contas, mas a gente para qualquer momento. Então sinaliza aqui pra gente, quando estiver pronto para começar a pauta tá? Só com relação ao que vocês trouxeram, eu acho relevante só fazer um jabá aqui, uma divulgação. Na segunda feira a gente tem uma ação do NEP, que é uma live intitulada Capacitação também é Trabalho, é uma campanha do Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS, vai ser segunda feira de manhã virtual, de 10h00 ao 12h00, e a gente vai contar com a participação do Marcílio, da Educação Permanente, do Ministério, além das instituições de ensino

que compõe o NEP. Vai ser justamente nesse sentido que vocês estão falando assim, entendendo, o EAD funciona para algumas metodologias, para algumas temáticas, mas não, ele não supre as necessidades de educação permanente de trabalhadores do SUAS, então a gente vai fazer essa discussão na segunda-feira. Convidar quem não está, não tá sabendo ainda. Pra participar vai ser no site da SEDESE, no YouTube da SEDESE, aí estou inserindo aqui então nas recomendações para a gente colocar na resolução esse reforço da priorização da modalidade presencial, essa questão do relatório de avaliação das capacitações EAD também está prevista já, a equipe da Lívia já está até fazendo e vai ser apresentada primeiro no NEP, mas a gente pode enviar para o SEAS também, eu acho interessante. Isso que a Grazi trouxe também no reforço do valor de recurso próprio na LOA de 2024 para a educação permanente. Então, isso a gente precisa adicionar no texto da resolução. É consenso. Comissão de Política, teve alguma? (...) os que concordam permaneçam como estão. Se tiver alguma discussão a gente volta aqui. **ELDER GABRICH:** Só ia pedir para quem não for da SUBAS, só pra se apresentar para a plenária, para gente que está acompanhar essas pessoas que vocês vieram para a discussão do PPCAM, aí vocês querem se apresentar? Vocês são todos da SUBDH, são da Subsecretaria de Direitos Humanos da SEDESE, é que estava aqui curioso. Sejam bem-vindos a nossa reunião. Vocês querem se apresentar? Quem não é da SUBAS, só gente conhecer vocês, pode ser daí mesmo. (...) então vem aqui todo mundo. **ÉRICA PRETES:** Meu nome é Érica Pretes, eu sou diretora de Políticas de Proteção e Reparação de Direitos Humanos da SEDESE, eu estou aqui porque a gente vai discutir a resolução do PPCAM, de acolhimento que nós temos. **MARIANA BICALHO:** Olá pessoal, boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Mariana Bicalho, eu estou como superintendente de promoção, proteção e participação social e que faz parte da Diretoria de Proteção. Prazer estar aqui com vocês. Obrigada. **LUCIANA:** Boa tarde, Meu nome é Luciana, eu sou advogada, acompanho a equipe do PPCAM e aí a gente veio para acompanhar. **FREDERICO:** Boa tarde, eu sou Frederico, sou assistente social do PPCAM. **ISABELA:** Boa tarde, meu nome é Isabela e sou psicóloga do PPCAM. **ISABELE PROTEÇÃO ESPECIAL:** Boa tarde, eu sou Juliana, sou assistente social do PPCAM. **GABRIELE SEDESE:** Sejam bem vindos, gente! (...) **DONA ARLETE:** Pode, Pode. Muito obrigada! Sejam todos e todos bem vindos! E a gente continua com a nossa pauta. Itamar, por favor. **ITAMAR MELGAÇO:** É só um pedido, que como tá faltando cadeira, tem umas coisas que eu não sei de quem que esse alguém poderia tirar pro povo sentar. **DONA ARLETE:** Obrigada, Itamar. Continuemos, Gabi. **GABRIELE SEDESE:** Oi, gente, vamos lá. Ação da Regionalização, Ação da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Ai, essa é a ação que a gente tem os CREAS regionais, os CREAS municipais cofinanciados e um termo de aceite de Centro Dia de Belo Horizonte. Nessa ação, a gente discutiu que nos três trimestres foi comprovada a execução da metafísica de 100% e 63% de meta financeira liquidada até o terceiro trimestre. Aí a gente destacou o repasse em todas as ações do FEAS, o repasse quando a fundação é realizado para os municípios que estão regulares, seja no CAGED, nas prestações de contas, no plano de serviços. Aí a equipe destacou também no qualitativo que esse ano foi priorizado apoio dos municípios com relação ao reordenamento dos CREAS regionais para CREAS municipal. Na comissão apareceu uma dúvida com relação a esse processo de reordenamento, eles pediram mais informação. Então, a gente discutiu isso aqui muito fortemente no SEAS quando aprovamos a resolução dos sete municípios que saíram do modelo regional para o modelo municipal. Aí a gente solicitou que a SEDESE apresente um status de como é que está a situação de sete municípios. Isabele, que é diretora da Proteção Especial, vai colaborar conosco agora. A gente discutiu essa questão das visitas que o GT fez em 2022 em alguns desses municípios, mas como não é contínuo nem o acompanhamento do SEAS a essa ação. Então a gente tem uma ação de execução direta, que aí eu não sei se a Comissão de Política daria conta de fazer esse monitoramento, a gente tinha um GT específico pra essa questão da proteção especial. Então a gente avalia isso, assim como SEAS mesmo, como é que a gente acompanha melhor esse serviço. (...) **ELDER GABRICH:** Na nossa comissão a gente teve a mesma discussão, da importância de acompanhar tantos os CREAS regionais quanto os municipais cofinanciados e eu acho que, vocês trouxeram a questão da comissão de política, na nossa comissão, a gente sempre comentou que a gente acha que o GT deveria retornar, deveria ser remontado e refeito e eu acho que é uma atividade muito grande

pra comissão de política assumir sozinha. Mesmo que o GT ele funciona assim periodicamente, eu entendo que com o GT seria mais adequado, principalmente o que envolve a viagem, visitas técnicas. Acho que o GT é melhor. (...) **ISABELE PROTEÇÃO ESPECIAL:** Pessoal, boa tarde a todos e a todas. Isabele, Diretora de Proteção Social de Média Complexidade. Dos sete municípios que saíram da área de abrangência do CREAS, a gente tem sim quatro que já foram implantados completamente o CREAS Municipal com endereço, equipe completa, tudo o que está previsto. A gente tem dois municípios que já tem, estão com implantação parcial, que é o que acontece, tem algumas dificuldades de contratar a equipe completa. Então, por exemplo, encontrar um advogado no município para ser exclusivo do CREAS, eles estão com essas dificuldades de mão de obra, então eles já estão até funcionando com apoio do CREAS Regional ainda, mas não estão completos ainda, então a gente está considerando a implantação parcial deles e a gente só tem um município que é Senador Modestino, que ele não está aí, está no processo de início da implantação ainda, porque ele foi o último que recebeu o cofinanciamento. Ele ficou em dúvida se ia querer ou não sair do CREAS Regional e a gente deixou sempre claro que era uma decisão do município, não era nossa e aí, a princípio, ele disse que não iria municipalizar, que é continuar no CREAS, mas quando o município viu a implantação nos municípios vizinhos, ele resolveu municipalizar também. Então ele recebeu agora o recurso no segundo semestre e a previsão de pontuação dele é para janeiro de 2024. (...) até janeiro, porque esse que está em implantação, eles falaram pra gente assim que até janeiro pretendo entrar com essa contratação concluída também. Então o sete no início do próximo ano, isso. Os municípios que estão nesse processo de implantação parcial ainda são Palmópolis, que é no médio baixa Jequitinhonha e Coroaci no Vale do Rio Doce. Em Palmópolis, que é esse caso da falta de advogado e também coordenação e eles pediram para janeiro até o início de fevereiro, terminarem essa conclusão, concluírem o processo. Coroaci também pediu para ser janeiro, também está faltando a equipe técnica e os que foram implantados 100% já é Felício dos Santos, no Alto Jequitinhonha, Presidente Kubistchek no Alto Jequitinhonha também, Frei Lago Negro, no Vale do Rio Doce e Virgolândia, no Vale do Rio Doce e o que eu falei, Senador Modestino que também é no Alto Jequitinhonha, que foi o último, receber em janeiro o prazo dele normal, ele não está fora do prazo dele. **DONA ARLETE:** Obrigado, Isabele. Então, essa foi uma das pautas que muito nos preocupa aqui é que nos causou dificuldade para optar por ela e desde sempre a gente já dizia e agora eu reafirmo a necessidade desse acompanhamento, porque são processos e fluxos. Implantar, o acompanhamento, como está funcionando? Porque às vezes eu falo porque eu também sou do interior, às vezes queria um equipamento, mas não funciona. Então a gente precisa ter esse acompanhamento e trazer sempre um retorno para esse SEAS para dizer que está funcionando assim, assim e assim. Por exemplo, o município não tem um advogado, então eles estão agora com um problema, então vai ter um concurso? Se tem um concurso, vai depender também do salário para ver se tem profissionais de outros municípios que queiram estar nesse local. Então são esses cuidados e essas atenções que a gente aqui no SEAS está sempre atento para que ao implantar um equipamento, ele num determinado tempo e esse tempo não pode ser tão longo, ele de fato tenha condições de atender a demanda da população. Obrigado. (...) **ISABELE PROTEÇÃO ESPECIAL:** Só em relação a isso que Dona Arlete falou, só pra tranquilizar vocês, A gente que a gente tem feito esse processo todo com muito respeito e muito cuidado. A gente tem acompanhado todos os municípios, a gente tem o Francisco, o Chico, que é o nosso ponto focal dos CREAS, ele está em contato com todos os gestores. A gente tem um grupo no WhatsApp com esses gestores todos, com os técnicos, a gente já fez capacitação pra eles presencialmente, a gente já fez capacitações virtuais e quando precisa de estudos de caso, a gente faz com eles e além disso, todo esse processo a gente não simplesmente assim, tem creche municipal, creche regional, abandonou, nem o prazo de seis meses que a gente tinha falado pro CREAS continuar acompanhando a gente deixou ser enquanto tiver casos, todos os casos que já estavam sendo acompanhados pelos CREAS regionais, que a equipe já tinha vínculo com a família, o CREAS regional ainda está acompanhando mesmo tendo o CREAS municipal, a gente não pode simplesmente chegar pra família no meio do processo ou já finalizando um processo de uma família e trocá-la de equipe do nada, né? Depois de toda uma construção que a gente fez com aquela família. Então os CREAS regionais ainda estão atendendo algumas famílias

desses CREAS municipais e os novos casos que estão nesses CREAS municipais. Na falta de algum profissional, por exemplo, do advogado, eles têm usado o advogado da prefeitura, enquanto não acham, mas todos já sinalizaram um processo seletivo em aberto, um processo simplificado pra contratação desses profissionais. Mas a gente tem dado esse apoio pra eles diariamente, eles demandam bastante mesmo. Mas de modo geral, também estão bem felizes. A gente ficou muito feliz com o retorno que a gente tem deles com o CERAS Municipal, porque acaba que era isso, o CREAS, regional, que demorava demais pra chegar até eles e agora eles conseguem dar uma resposta rápida pras pessoas do município e isso pra todo mundo, inclusive pra gestão é muito bom né? Então só pra esclarecer isso. (...) **MARIA BAIÃO:** Boa tarde, Maria Aparecida Baião do Fórum de Usuários. Quando você fala tem visitado todos os municípios, quantos municípios? (...) todos, os 853? (...) a nossa discussão aqui, a nossa preocupação é que a assistência chegue pra todos. Nós não podemos passar a gestão entre a gestão com esse número atendido de município no estado não. Porque onde está a maior vulnerabilidade do Estado e que não tem, está descoberto, essa é a nossa preocupação de usuário e de conselho, por isso que eu te perguntei. **ISAAC DOS SANTOS:** É só uma recomendação que a comissão de política fez, fazer a avaliação, um estudo de viabilidade para aprimorar a discussão no SEAS sobre a implantação dos CREAS coassociados. Porque a gente, o SEAS aprovou a municipalização desses municípios de abrangência regional, mas isso foi uma excepcionalidade, a discussão, ela nunca foi de abranger isso para toda Minas Gerais. Então, o que a gente ficou de discutir e aprimorar foi a questão dos consórcios para os municípios de porte I. Uma vez que a competência da execução da média é do Estado. Outro ponto a ser considerado para 2024 é a avaliação dos CREAS municipais. Eu coloquei aqui 26 que foram municipalizados, mas acho que eu errei a conta. Aí vocês me corrigem depois. A avaliação dos CREAS municipais, que foram financiados em 2023 como foi essa implementação. A Isabele trouxe pra gente alguns problemas de contratação que ocorre mesmo para municípios de porte I, mas após fechar essa contratação, as equipes estarem completas, nós avaliaremos a qualidade desse serviço. Eu sei que é da competência do CMAS local a priori, mas seria bom a gente acompanhar pelo menos uns dois anos como é que está sendo essa municipalização para o porte I? Tá bom? Só uma sugestão para vocês. (...) **MIRA:** Mais alguém, pessoal? Eu estou anotando tudo isso porque todas essas recomendações precisam refletir na resolução, tá? Então eu estou fazendo a anotação aqui. A próxima ação é a 4131, para Proteção Social especial de Alta Complexidade. Essa ação abrange 56 unidades de acolhimento atualmente para pessoas com deficiência, sendo 43 unidades fruto de parceria direta do Estado com as unidades, o chamado Programa Casa Lar, que acolhe as pessoas com deficiência da extinta FEBEM e dessa 43, tem 43 unidades diretas e 13 residências inclusivas que são cofinanciadas fundo a fundo a nove municípios mineiros. A execução dessa ação foi de 100% da metafísica, as parcerias continuam sendo pagas, os municípios também, os que estão regulares e a execução financeira foi de 80% até o terceiro trimestre. A equipe destacou também lá na prestação de contas, o esforço que foi feito para a renovação dessas parcerias para os próximos cinco anos. Então, foi feito um processo de muito diálogo com as APAES, com o próprio governo, para a gente conseguir o aporte de recursos para renovação das parcerias para vigência nos próximos cinco anos. E aí não teve nenhuma recomendação, nenhuma questão da comissão, não. Não sei se as demais tiveram, se quiserem colocar. **RODRIGO ASPROM:** Rodrigo, ASPROM. Só quero completar a minha colega Gabriele do esforço, Patrícia chegando agora, mas é do reajuste, a gente não pode esquecer isso, né gente? Dobrou lá e ainda bem, Graças a Deus e ao esforço de vocês aí. Subas é boa! É isso que a gente precisa na assistência, né gente? Menos precarização, né? Patrícia. Obrigado. **ISABELE PROTEÇÃO ESPECIAL:** Obrigada, Rodrigo. Mais alguma questão, gente? Sobre a proteção da alta? A próxima ação, pode até deixar lá, viu? Mereceu, Se quiser, eu estou lá naquele último quadrante, lá mesmo. A 4132, que é o piso mineiro de assistência social, aí a gente analisa nesta ação o pagamento do piso mineiro fixo, que ele abrange os 83 municípios, a execução física colocada lá e que os 853 municípios tem o valor pactuado, plano de serviço aberto para disponibilidade do valor do piso mineiro. E aí lembrando que são os valores definidos desde o último aumento, que foi em maio de 2022, nessa gestão. Então, execução física de 100% financeira de 60% até o terceiro trimestre, aí a gente colocou porque é isso, a gente, a gente

concorda que os 853 tem o valor pactuado, quando eles regularizam, eles recebem inclusive o valor do passivo, então, nos meses que ele ficou sem preencher o sistema ou ficou irregular no CAGEC, mas a gente sugere que seja inserido no modelo de prestação de contas que a gente recebe um anexo na ação do piso mineiro, que conste os municípios que receberam todas as parcelas, os que estão com parcela pendente, porque aí o SEAS pode até fazer uma incidência com o CMAS, por exemplo, de município, que até agora não recebeu uma parcela do piso mineiro porque está com a prestação de contas vencida, por exemplo. Então eu acho que apesar dessa informação já vir para o SEAS em outro documento, seja no informe da CIB, no informe que vem pro SEAS, a gente acha relevante colocar isso na prestação de contas dos SEAS, a gente discutiu um pouco também, Rodrigo lembrou, da discussão que teve na última CIB, que foi segunda feira, em que a gente solicitou, o COGEMAS solicitou que seja elaborado um painel de monitoramento, porque essas informações sobre o pagamento do PIS Mineiro estão no Portal da Transparência, mas talvez um painel mais intuitivo, mais direto para os municípios conseguirem consultar isso de uma forma mais clara, mas mais fácil, eu acho que que é uma, é um bom encaminhamento também. Então a gente só trouxe essas questões, essa sugestão para inclusão no modelo da prestação de contas, esse anexo. No mais, acho que foi isso. Tem mais alguma questão aí? Quem participou da reunião, as outras comissões? **RODRIGO ASPROM:** Rodrigo de novo, ASPROM. Eu só queria lembrar da colega Grazielle, a gente estava falando mais cedo, lá do caso de Teófilo Otoni, porque no esforço dela lá ela fez jus pelos trabalhadores lá, numa recomposição, ainda que mínima, né? Grazi? É ridícula a recomposição, mas ela, ela lá não no esforço, como conselheira que ela fez jus do conhecimento das plenárias, as informações que apontou essa história dos recursos e principalmente, que estavam lá no fundo e que o gestor não estava sabendo como funcionar, como fazer o pagamento. Então é mais uma vez a importância dos nossos colegas aqui para poder fazer o SUAS valer em todo o território de Minas Gerais. **GRAZIELE CACHAPUZ:** Só para fazer um ponderamento também que assim é porque a gente aproveita que a plenária está sendo gravada e aproveita que a gente precisa repensar a atuação dos conselheiros para a próxima gestão, só para fazer uma lembrança que na LOA apresentada no primeiro momento, não vem aquelas especificações que a gente tinha colocado na resolução do Piso Mineiro, né? Que a atualização do CAD, que ela tivesse identificado com a atualização do CADm não é atualização, né? É atualização, essa palavra mesmo? E também o valor, né? Porque lá na nossa resolução que eu não vou lembrar que tem memória boa e vai lembrar da resolução, fala que ele precisava ser atualizado com uma maior periodicidade e também levado em conta a atualização do CADSUAS, CAD Único, que não veio nessa LOA apresentada pra gente. **MIRA:** Ótimo, estou anotando aqui também. Eu acho que a gente pode retomar, apesar que a gente tem deliberações do SEAS sobre todos esses pontos, eu acho que é importante a gente colocar essas recomendações na resolução, porque acho que até orienta também o próximo mandato. A próxima ação é a do SEAS, Ação de apoio, a desculpa Gabi, pode falar. (...) **GABRIELA LOIOLA:** Mas não é porque nas nossas discussões, o Élder até trouxe agora informação, que parece que são 14 municípios que estão (...) Aí era só pra trazer pra gente. (...) era mesmo pra trazer para a gente refletir como que vai ser a atuação do SEAS nesses 71 municípios. que a gente sabe que o município que ele tá com os recursos suspensos, isso impacta diretamente na prestação de serviço, na oferta de serviço. Então eu penso que a gente precisa ponderar isso também e já refleti como que vai ficar aí para o próximo mandato de atuação junto a esses municípios lá. **ELDER GABRICH:** Eu acho que é interessante que a Gabi falou, que eu vejo que a gente às vezes tem uma postura muito reativa, às vezes vem uma denúncia aí vai lá fazer uma visualização, uma visita e tal e eu acho que esses indicadores, eles são muito importantes para organizar os conselheiros, para acompanhar mais de perto esses municípios que estão com pendência, justamente ele sabe que está com pendência, não está recebendo piso, então tem algum serviço que pode estar sendo descontinuado. Eu acho muito interessante que a Gabi falou de a gente pensar em maneiras de dar um passo adiante e não ficar esperando algo acontecer pra ir fazer uma visita, uma fiscalização, um apoio. Acho que Roberta e depois Grazi. **ROBERTA:** Oi gente, boa tarde Roberta SEDESE. A gente está fazendo um mutirão lá na equipe do SEAS de Regularização, sabe? Tá todo mundo super focado nisso lá na equipe, a gente está entrando em contato com os municípios, a equipe está até tarde da noite dando orientação técnica para os

municípios de forma individualizada. Eu tenho uma parte da minha equipe de seis horas, eles estão trabalhando umas 12 horas, tá todo mundo por conta, gente, porque a situação está assim, a gente tá brincando porque acaba atendendo, né? Porque acaba atendendo gente, atende o telefone porque tá todo mundo muito focado em tentar ajudar. A gente consegue fazer os municípios ficarem regulares. A gente precisa do máximo de municípios regulares, isso é do interesse todo mundo da assistência social. A gente nesse momento tinha 72 e o pessoal mandava mais um, finalizou. Eu estou acompanhando ali, em tempo real, com a minha equipe. Agora já são 71, essa hora que já tem daqui poucos minutos, acham que vão ser 70. Mas assim tá todo mundo fazendo contagem regressiva mesmo, a gente está fazendo trabalho muito direcionado para regularização dos municípios, tá? Então, assim e todos os meios a gente tem mandado os informes para o SEAS com o detalhamento dessas irregularidades. Cada município que está irregular em cada um dos critérios, assim que regulariza a gente providencia o pagamento de todas, regulariza e todo o pagamento, mas assim, toda ajuda é super bem vinda, toda fala, toda conversa dos conselheiros com os municípios. Isso ajuda, sabe? A Grazi identificou uma irregularidade no município, rapidamente falou com o gestor. A gente conseguiu assim que entrou em contato com o nosso técnico, a gente conseguiu dar suporte que muitas vezes a nossa equipe técnica tem dificuldade de ser atendido pelo gestor, eles entenderam que isso é prioridade também. Tá, mas nós estamos focados nisso e a disposição para apoiar os municípios na regularização, porque isso a gente entende que isso é muito importante para efetividade da política de assistência social. **GRAZIELE CACHAPUZ:** A gente perdeu Nego Bispo, né? Recentemente. Fazer uma menção do que ele falava no Trabalho é punição, é pecado. Tá lá na Bíblia que trabalhar é pecado. Então a Roberta falou que a equipe dela que aqui ganha pra trabalhar 06 horas, para trabalhar não muito mais que seis horas, então assim eu falando eu estou (...) eu sei que ela fez um comentário assim, mas só pra poder ficar bem, porque a gente às vezes romantiza o trabalho e esforço que a gente tem que ter, mas a gente tem, precisa trabalho ter, precisa ser remunerado e aí é só fazer esse comentário que o Elder colocou e eu não sei, é a primeira vez que eu estou na vigilância socioassistencial do município, aí eu tive por diversas vezes a vigilância do estado falou que o município, aqueles municípios que não, não prestavam, não entregavam o censo a tempo, porque a vigilância aqui do estado fazia um contato mais rápido para poder otimizar. Eu não tive necessidade desse contato da SEDESE estadual porque eu consegui mandar tempo com algumas ressalvas, mas consegui mandar a tempo e aí só pedir o pessoal do orçamento também, do FEAS para fazer esse esforço, né? Ir acompanhando ao longo dos anos, dos meses, essa questão dos municípios que estão com recurso parados por falta de regulamentação mesmo, né? Porque parece que tem coisas muito simples, né? O município que a Roberta falou regularizar muito rápido, receber as duas parcelas muito rápido e a gente sem recurso pra comprar benefício eventual. **MIRA:** A próxima é ação do conselho Apoio no controle social e a gestão descentralizada, aí só fazendo, resgatando a memória, até 2023 essa ação custeia o SEAS, as conferências e a CIB, a partir da LOA de 2024. A gente já fez aquela alteração para ter uma ação específica do SEAS, por pleito do próprio Conselho. Essa ação, ela tem uma meta aí de 59 reuniões plenárias, conferências realizadas, aí assim a gente colocou o grande ganho que foi, a gente destacou a questão da suplementação orçamentária para realização das conferências, as pré conferências regionais, a conferência estadual, nem todo o pagamento já foi efetivado, porque a conferência estadual acabou dia 1 de novembro, então isso vai aparecer no quarto trimestre. Mas ainda assim isso foi um ganho, a gente saiu do orçamento de 1 milhão e pouco pra 4 milhões e tanto a execução física apesar disso, a gente contabilizou as conferências regionais, contabilizou a Conferência Estadual na Metafísica, mas ainda assim, se a gente contar todas essas reuniões, vão dar 24. E a nossa meta era fazer 59. Então, aí uma execução física de 56% não vai aumentar tanto assim do último trimestre, serão sessões plenárias, basicamente. Então a gente fez algumas recomendações quanto à importância da execução do plano estratégico do Controle Social, a partir do próximo exercício para o fortalecimento das URCMAS, que é dos Fóruns, a gente discutiu um pouco sobre a efetividade da participação dos delegados na conferência, algumas questões específicas que é que a gente acredita que essa o aumento da mobilização, a organização desse público nos fóruns pode contribuir até para a qualificação do espaço da conferência, uma sugestão da gente visitar aquele manual de funcionamento do

SEAS, né? Porque até pela as questões da secretaria executiva, enfim, eu acho que a gente deixou um legado pro próximo mandato, mas a gente não pode só deixar isso no papel. Então talvez voltar naquele manual para a institucionalidade do SEAS, enfim. Então tem o plano estratégico e tem o manual de funcionamento que esse mandato produziu, a gente falou, né, de realizar encontros entre os conselhos para discutir a representação nesses espaços, a gente discutiu um pouco do papel do conselho no acompanhamento da política estadual, acho que a gente, às vezes a gente gostaria de fazer muito mais nesse controle social do SUAS estadual. Falamos também na importância de ações de divulgação do SUAS e das reuniões descentralizadas do SEAS, que a gente não conseguiu fazer no exercício de 2023. O que eu anotei é isso, mas essa ação, acho que todas elas, mas essa, principalmente, é de protagonismo do SEAS mesmo, a execução. Aí vou deixar para as outras comissões se tiver mais alguma coisa e se eu tiver esquecido também da nossa reunião. **ELDER GABRICH:** Engraçado que na nossa discutii exatamente o mesmo ponto a Gabi, ela trouxe muito que se a gente tivesse feito reunião de URCMAS a gente imagina que a participação nas conferências seria muito diferente, muito mais qualificada, com mais usuários trabalhadores, entidades. Gabi também trouxe esses problemas que a gente tem, que é a conferência de gestor que é credenciado como trabalhador e vice-versa, ou uma pessoa que nem a entidade chega lá e é entidade. Isso tudo poderia ser muito melhorado se a gente tivesse reuniões de URCMAS desde o início do ano, já movimentando, falando gente, vai ter com pré conferência esse ano já passar as regras para todos fazerem essa discussão. Então realmente foi uma coisa que a gente reconheceu como uma grande falha e má ausência de nós como conselho de não ter conseguido movimentar a gente comentou que teve a reativação das URCMAS, mas o que a gente discute é que, ok, teve reativação, mas se não tiver um trabalho de indução, de puxar e de dar estrutura para essas reuniões acontecerem, a gente sabe que elas não vão acontecer. E aí a gente colocou como encaminhamento para essa ação uma recomendação com urgência de que sejam retomadas as ações de apoio às URCMAS, aos fóruns e ao CMAS a esses que a gente entende que isso vai auxiliar na melhoria do controle social como um todo. (...) **MARIA BAIÃO:** Eu acho, Elder, que encaminhar não basta e vai continuar no papel, nós temos que ter agenda, o conselho tem que ter a agenda, porque nós tínhamos agenda. Não sei porque acaba. **ELDER GABRICH:** Com certeza. A gente até comentou, não é, Gabi? Que se tivesse uma por trimestre, dividindo por todos os conselheiros, daria para fazer muitas reuniões de URCMAS, então nem seria uma coisa pesada assim. E se tiver as descentralizadas também é importante. Isso mesmo, até mesmo Baião falou marcar essas agendas e não ficar assim, vamos reativar, mas de fato fazer uma agenda de reuniões e já ter todos os encaminhamentos. Gabi também trouxe um ponto sobre a meta financeira que a gente imagina que no final ela vai ficar mais de 100%, porque teve aporte de recursos para as conferências, para conferir estadual e pré conferências regionais, aí eu até falei com ela que isso vai ser discutido no quarto trimestre e ela só pontuou que o planejar se isso acontecer, porque é planejou menos do que era necessário de fato, fazer uma pré conferência aí para fazer para estadual. Mais uma discussão para o quarto trimestre. **DONA ARLETE:** Então, quando a gente está nas nossas conferências regionais e mesmo na estadual e nacional, a gente sempre diz que não dá para pensar e executar política pública sem financiamento. Então isso está valendo também para os fóruns para URCMAS e também eu penso que é muito importante um trato mais direto com as SEDESES regionais, porque elas desaparecem no contexto do que a gente vai discutindo enquanto SEAS e também nos municípios e às vezes, quando acionadas, têm respostas assim que parece que a gente está falando de outro planeta, que não é da política pública da assistência social. Então é preciso alinhar esses diálogos com as SEDESES regionais, para que elas possam acordar, que tem um serviço a ser feito nas regionais. Obrigada. **GRAZIELE CACHAPUZ:** Só fazer um comentário. Elder falou da nossa incidência. A gente fez uma avaliação da conferência estadual e eu acho que bate muito, porque a conferência é o momento da gente poder refletir sobre o controle social, sobre como anda o controle social e a gente conseguir espelhar as nossas atenções para do dia a dia aqui e aí então a gente fez a festa, já chegou a comentar sobre a conferência estadual e fazer algumas ponderações em relação a isso, concordando muito com Elder, na Conferência Nacional, acho que a gente até perde um pouquinho da gente não poder fazer essa discussão também, porque não cabe, talvez caiba mais,

não caiba no que está se desenhando agora, não cabe para a gente ter essa discussão. Mas é dizer que nos últimos anos o fórum de trabalhadores, mesmo com toda a dificuldade, já foi dito aqui, ele conseguiu se manter, o fórum estadual conseguiu se manter, o fórum nacional conseguiu se manter e a gente, claro que a gente faz umas umas críticas que a gente não consegue alcançar o profissional de nível fundamental, profissional, de nível médio. Mas como essas incidências estaduais e nacional interferiram diretamente na Conferência Nacional, a despeito da conferência ter tido vários problemas que eu reconheço, não só de estrutura, mas de metodologia nacional, de metodologia, na nacional, o Fórum Nacional dos Trabalhadores conseguiu um avanço muito grande. Nós tivemos pautas importantes para discutir lá, nós conseguimos fazer com que algumas deliberações de conferência fossem aprovadas e em todas, em todos os eixos, a gente conseguiu aprovar em torno de 30, 40% de deliberação que foi discutida por nós, que a gente estava em discussão, o que era importante. Além disso, a gente conseguiu sair com uma agenda com o Marcílio da Gestão do trabalho e educação permanente. A gente quase saiu com ele, assim como a agenda permanente, com a gestão do trabalho e educação permanente. E a gente ficou de alinhar algumas coisas, mas a gente já tem, já tem essa conversa. Então, como é importante a organização de fóruns municipais, estaduais e nacional das instâncias do controle social da sociedade civil. Então, como a gente pensar isso no próximo pleito, no próximo pleito, como que a gente vai fortalecer isso que é fundamental para que o trabalhador se organize, o usuário se organize e a entidade se organize e faça essas incidências com maior qualidade nesses momentos que a gente sentiu falta disso nos outros entes da sociedade civil, né? **ISAAC DOS SANTOS:**Boa tarde para todos e todas. A minha fala vai um pouco nesse sentido, fui contemplado um pouquinho pelo Elder, pela Arlete, outros que falaram sobre a importância da urgência desse apoio aos funcionamentos dos fóruns, pensando principalmente no trabalho de que está sendo reabilitado, mas que o pessoal está ansioso para começar as reuniões e essa importância das SEDESES regionais no apoio, principalmente aos fóruns regionais e os municipais, ela é muito grande. No Fórum Nacional os usuários também tiveram um papel parecido com o Fórum de Trabalhadores, a avaliação do Fórum Nacional de Usuários e que pela primeira vez vai a participação dos usuários, foi muito qualificada na conferência. Na nossa reunião mais cedo, pessoas elogiaram as propostas que tiveram aqui, mas noutros estados também tiveram propostas muito boas e inclusive foram aprovadas na Conferência Nacional propostas muito boas para a articulação desses segmentos. Foi um trabalho muito bem feito pelo Fórum Nacional de Usuários de estudar as propostas e conversar com as pessoas para fortalecer e acredito que havendo esses essas articulações aqui em Minas, nos municípios, regionais e no estado, a gente vai ter condição também de ter desses segmentos o apoio para o Conselho na formulação e na aprovação de propostas que são anseios da gente aí para o aprimoramento do Controle social e do SUAS. Então é só destacar isso mesmo. **DONA ARLETE:** Obrigada Isac, Gabi. **GABRIELA LOIOLA:**Só trazer uma discussão que nós tivemos quando a gente estava falando de controle social, da importância do trabalho com os municípios através das URCAMS, dos conselhos municipais e dos fóruns antes de acontecer as pré conferências, porque senão vira um efeito cascata de equívocos e inclusive nas nossas discussões, houve uma situação de que parece que o prefeito decidiu enviar um secretário de obras porque ele desenvolve caridade no município para ser delegado na conferência no lugar da gestora municipal. E a gente precisa refletir todas essas questões, porque eles profissionalizam a política de assistência social e aí o Conselho Estadual estará nos municípios antes que isso aconteça, lá na pré conferência, antes da conferência regional, vai reduzir de forma considerável. Eu trago até, inclusive algumas questões para nós enquanto conselheiros, porque durante a conferência estadual nós tivemos pessoas do Conselho Estadual que está aí na que, por exemplo, foi lá e pegou uma trabalhadora que é coordenadora de equipamento, levou para plenária dos trabalhadores. Então é um equívoco que existe entre nós, então a gente precisa se organizar para que isso não desprofissionalize e as pessoas, elas consigam compreender qualquer local delas dentro da política de assistência social. E aí a pergunta que eu fiz, será que o secretário de Obras iria se fosse uma conferência de saúde? Será que ele iria para discutir a política de educação do município? Então, a política de assistência ela tem normativas, ela tem organização, ela tem estrutura, ela tem um embasamento que precisa ser respeitado e não é ser tratado de forma assistencialista, como se fosse uma

caridade. Então a gente precisa refletir isso e eu penso que é agora mais do que nunca, é urgente o papel do SEAS no apoio ao controle social, a experiência que a Grazi traz das incidências os trabalhadores é que o Isac traz da incidência dos usuários, demonstra o quanto que é importante essas organizações para que a gente consiga uma política pública de verdade que compõe o tripé da seguridade social e que reduza todos os impactos que a política de assistência social tem como papel para reduzir dentro da população vulnerável que convive com diversos riscos sociais.

ISAAC DOS SANTOS: Agora é uma dúvida que eu tenho e aí vocês, principalmente você Gabi, me ajuda esclarecer, é porque a gente voltou a esse pacote de ações do controle social na última plenária já tinha passado a LOAS assim, a minha dúvida com relação para o ano que vem quando é que a gente vai conseguir, se tem alguma coisa que a gente faz de recomendação nesse sentido dessa ação para conseguir viabilizar as ações de apoio ao controle social para começar o mais rápido possível nos próximos anos, no sentido de que a gente discutir isso depois que a LOA já tinha sido passada e votada.

GABRIELA LOIOLA: A gente é mais do mesmo mas eu já estou angustiado com esse negócio aqui. Aquela tabelinha que a gente vai anotando as coisas para saber o que a gente fez, como é que está isso? Porque eu estou equivocada ou nós tínhamos liberado na última plenária que teria uma capacitação dia 11, aconteceu? É porque as coisas elas se perdem aqui nos SEAS, né? Eu acho que aqui a gente trouxe inúmeras propostas que talvez vão ser discutidas e eu estou sentindo muitas coisas muito, aí eu queria compreender como é que está isso aí.

PAULA SECRETARIA: Gabi, Só voltando um pouco aqui nessa capacitação do dia 11, ela não aconteceu. Estava prevista sim, mas houve aquela questão de não ter sido aprovado o regimento interno e isso foi colocado como condicionante, então ela ficou agora para ser em janeiro. E além disso, nós tivemos também outras questões como assim, a publicação ainda não está pronta, aí nós acabamos caindo na parte virtual. Aí já ficou bem complicado mesmo. Então ela vai ficar para janeiro, Tá? Isso passou pela Mesa Diretora, Isso foi discutido, não é Elder? Então não é que se perdeu, não, é que foi deliberado, ficaria mesmo. Foi tratado e acordado que neste momento não teria como fazer.

GABRIELE SEDESE: Só respondendo o Isac, gente. Eu concordo que eu acho que a gente, por mais que a gente já fez deliberações, a gente colocar isso na resolução dá um indicativo do próximo conselho e eu acho que a gente tem que retomar a ação de fortalecimento, controle social na PELOA, que era a proposta do executivo, estavam R\$811.916, sendo 57.000 de fonte dez e 754.056 de fonte 56, ou seja, era um valor se a nossa desse ano a gente, claro que a de conferência tem gasto maior, mas a gente foi de quatro, mais de 4 milhões na proposta tava menos de 1 milhão na ação de controle social e menos recurso de fonte própria. Então eu acho que, assim como a gente fez na ação da capacitação, a gente pode colocar uma recomendação nesse sentido de garantia de recurso próprio pra fortalecimento, controle social.

GRAZIELE CACHAPUZ: Não, só pedir pra Paula tentar elucidar aqui de novo, porque eu não compreendi o que tem a ver o Regimento Interno, o novo Regimento interno e a capacitação dos novos conselheiros. Porque se fosse, se a gente precisasse aprovar um regimento interno para capacitar os novos conselheiros, eu penso que a nossa plenária nem deveria estar acontecendo, porque se a gente está sob a rédea do regimento atual, eu não consegui compreender qual que essa delimitação de fazer uma capacitação eu até entendo, por exemplo, mas nós vamos falar sobre, tem 1 milhão de coisas pra falar sobre controle social e milhões de coisas, inclusive de incidências políticas e parte dela e que o conselheiro se responsabilize por um regimento interno, seja ele novo, novíssimo ou ultra novo, é uma responsabilidade, então qualquer mudança que tenha no regimento Interno a responsabilidade do conselheiro é se apropriar dele, né? E aí eu não entendi por que ligou uma coisa com a outra, se você tiver essa explicação.

PAULA SECRETARIA: Primeiro, não sou eu que coloco, isso foi colocado pelos próprios conselheiros. Veja bem, a capacitação já era pra ter sido a ter acontecido e o regimento nós só vamos tratar dele amanhã, então a gente já ia capacitar em uma coisa que estava sendo extinta, porque eles já vão entrar cumprindo o novo e a gente está capacitando em cima de um velho. Então tem regras que a gente estaria passando já vencidas pra eles, então não fui eu que decidi, claro, eu só acatei, isso passou pela Mesa diretora, foi uma tentativa dos conselheiros que não vale a pena fazer com o regimento vencido, porque eles já vão assumir só a partir do dia 17, a posse está prevista para ser dada na sexta-feira, mas com a vigência no dia a partir do dia 17 e eles estariam recebendo as regras velhas e assumindo com as novas. Já ia

começar de uma forma confusa, né? Então nós só atendemos aquilo que foi posto pelos conselheiros, ok? **DONA ARLETE:** Gente, é muito chato quando a gente pega a palavra para dizer de coisas que não são legais do ponto de vista do nosso funcionamento, eu não acredito que ao apagar das luzes a gente não dá um encaminhamento já pensado, já discutido, porque condiciona a execução de uma tarefa a uma outra que ainda está por acontecer. Eu volto a dizer e é uma redundância danado o que eu vivo dizendo aqui, não só agora, mas isso vem assim há algum tempo que a gente às vezes se perde por questões da forma como se fala, da ideia de poder sobre a pauta. Aí, de novo, a secretaria executiva falta no sentido de termos orientações, aí eu falo especificamente da sociedade civil, nós trabalhamos esses dois anos o tempo todo, com uma secretaria executiva com poucas pessoas, sempre que procuramos dentro da medida do possível, quem estava e quem continua, sempre nos atendeu. Entretanto, por muitas vezes a gente foi atropelado pela questão, suponhamos que na minha fala fica parecendo que eu domino aquela pauta, então quem não tem 100% do domínio da pauta, o que faz? Acompanha. Então eu não entendo por que a gente tem que condicionar uma ação por um documento que ainda vai ser aprovado. E isso tem mexido conosco há algumas reuniões. Essa questão do regimento Interno como que se isso fosse a sobrevivência do SEAS. Nós precisamos, ao apagar das luzes, também sermos pró ativas, pró ativos, ativos e ativas de dizer que isso pode funcionar sim, até porque a capacitação dos novos conselheiros talvez ajude, ainda que seja com base no documento que a gente está aí dizendo, entre aspas, que está caducando para que não aconteça aquilo que muitas vezes aconteceu conosco nesses dois anos. É muito importante, sim, essa capacitação. É muito importante que tenha alguém do campo do Direito, que seja da secretaria executiva para orientar o conselho e, principalmente, a sociedade civil. Não dá Para mim, por exemplo, enquanto professora, chegar aqui e começar a dar aula a partir da disciplina a qual eu sou capacitada e habilitada, porque eu sou professora. Eu recomendo que a gente fique findando, mas que isso fique como lição para os novos conselheiros que estão chegando, conselheiros e conselheiras e para os conselheiros e conselheiras que estarão aqui dando continuidade a esse trabalho. E aí eu solicito que seja de fato contratado, sei lá como que vai resolver, mas que tenha um advogado, uma pessoa que atenda a demanda deste conselho, que seja da secretaria executiva, sabe? Nós precisamos, porque nós muitas vezes aqui não foi uma, nem duas não, eu inclusive fui atropelada o mês passado e eu sei que a minha atuação foi questionada aqui na reunião passada, que eu não pude ficar, mas que a gente vai falar disso aqui depois de amanhã, por falta de orientação, por falta de acompanhamento, por causa de atropelamento de pauta e porque em alguns momentos parecia que certos atropelos eram viáveis e eles não estavam só porque eles aconteceram num relapso. A ideia que dá é que se foi planejado para que acontecessem equívocos que vêm prejudicando o funcionamento desse conselho. E eu fico um pouco envergonhada e sentida porque a minha prática e de muitos que eu conheci aqui antes também participaram desse conselho e agora também nesse pleito, é de pessoas muito sérias. E eu não estou falando só da sociedade civil não, eu estou falando da composição desse conselho. São pessoas sérias e que têm um compromisso com a política da assistência social. Então nós não podemos nos deixar sermos atropelados e atropelados pelo meu ego e pela minha vaidade. Nós estamos falando de política pública para o Estado de Minas Gerais. Nós estamos falando daquilo que hoje, por exemplo, eu estava almoçando com o Isac e eu dizia "Olha, Isac, eu diretamente não sou beneficiária da política da assistência social, mas neste momento meu filho está sendo. Então eu não estou aqui de uma coisa que vai ser para alguém que eu nem conheço, eu estou falando de uma política pública que precisa ser executada com responsabilidade e clareza para todas as pessoas que dela precisa e isso é muito ruim para nós ao apagar das luzes, nós estarmos submetidos a uma regra que eu não sei quando criou e que está consolidada para que possa acontecer de fato essa política pública. Eu fico muito chateada. (...) **GABRIELA LOIOLA:** Eu volto a dizer que eu não vejo o menor sentido assim, até entendo a otimização do tempo e da lógica, né? De orientar o conselheiro, de tratar de um regimento interno. Mas participar de um conselho não se trata de conhecer um regimento interno, não é só isso. Tem várias questões, tem várias tratativas que a gente precisa fazer com a conselheira, inclusive, dentro de um olhar mais amplo em relação ao SUAS, compreensão da participação social, de compreensão da responsabilidade que é estar nesse conselho. Às vezes a gente não tem a compreensão exata de que o SUAS foi

todo construído através de participação social. As pessoas têm essa dificuldade, a gente tem essa dificuldade de sentir, de materializar isso, que isso aqui foi construído no chão, não foi a partir de escritório, atrás de mesa. Isso aqui foi construído no chão das discussões do dia a dia dos usuários, né? E aí isso não, a princípio isso não teria nenhum prejuízo se a gente tivesse a condição e aí eu peço a compreensão da secretaria executiva que a gente não está falando do trabalho individual das pessoas, dona Arlete, que fez questão de enfatizar que quando a gente precisa das pessoas que aqui estão, muitas delas estão disponíveis, mas é da condição que tenha a secretaria executiva para trabalhar, porque na falta de a gente cumprir o regimento a secretaria executiva deveria chamar a atenção, o regimento está desse jeito, então vocês estão descumprindo o regimento. Então, mesmo que se alguma, algumas coisas falham na nossa memória, aí eu tava até discutindo com a Gabi na hora do almoço, que às vezes a gente usa o regimento da memória invés de lá, né? Ele devia estar aqui na mesa pra gente poder folhear, porque na plenária passada eu usei ele de memória, na hora que eu fui lêr de novo, eu vi que é que eu tinha me enganado com uma citação do regimento, né? Então só fazer essa ponderação, porque isso também concordo com Dona Arlete que isso foi novo, tanto a saída do regimento da nossa pauta quanto a inclusão de uma capacitação para os novos conselheiros. Foi tratada uma mesa plenária e aí, logo depois, fora da plenária, a gente descobre isso aqui nesse momento, que por esse motivo a gente não vai ter a capacitação dos conselheiros, né? Eu vou assumir próximo o próximo pleito, eu me sinto muito prejudicada, incomodada com essa falta de capacitação e orientação. E aí é só fazer uma outra questão, a Juliana, a assessora da Bela, acabou de me mandar mensagem, falou que ela vem e pediu desculpa. (...) ela e a Bela, só que ela pediu desculpa, ela falou que as agendas mudam o tempo todo., ela perguntou se pode ser às 11h30? Ok, tá tranquilo? (...) eu vou falar com ela que ela tem 30 minutos, que eu preciso almoçar ao meio dia e você tem 30 minutos pra falar, tá? Ela vai chegar antes, mas a Bela vai chegar às 11h30. Ok? **ELDER GABRICH:** Todos de acordo? Bem rapidinho, falar que essa discussão da capacitação também passa pelo ponto de que estavam tinham muitas tarefas relacionadas à nomeação dos novos conselheiros e aí a secretária executiva também estava com muita dificuldade de organizar todas essas agendas. Então não foi só esse ponto do regimento interno e aí eu sugeri que amanhã, na pauta de amanhã, mas é para discutir amanhã a gente coloca um ponto de capacitação dos novos conselheiros para definir da ata assuntos que serão tratados, até para que não fique só o regimento interno. E aí pedir a Grazi também, que amanhã a gente já peça, amanhã pedi amanhã? (...) amanhã discutir data, quem vai conduzir, quais assuntos vão ser tratados, modalidades, tudo isso. Mas aí para fazer essa explicação, que também para esse outro ponto, não foi só a questão do regimento. A capacitação vai acontecer. **PAULA SECRETARIA:** Elder, só queria marcar isso também quando fala que não foi, ficou prejudicado. Na verdade ela não foi eliminada, a decisão foi, vamos adiar para janeiro, chamaram a extraordinária para essa capacitação e ainda foi dito que os da Mesa Diretora, que fossem convidados para estar presente e participativos nessa capacitação. Na verdade, assim, a gente vai vendo também que há muitas falhas e muitos vácuos que vão ficando, na plenária falou assim vai fazer a capacitação e isso pode mudar falou não vai fazer, foi quando eu comecei na Mesa Diretora Gente, pera aí, nós vou fazer, quem vai fazer? Qual é o tema? Como é que nós vamos tratar? Não tinha nada definido. Falei: A secretaria vai definir sozinha? Isso não é tarefa nossa, entendeu? Nada disso, só fala se vai fazer a capacitação, nem tema a gente tinha, quem vai conduzir não tinha nada, não tinha nada. Aí quando eu coloquei na mesa diretora, falaram não, então vamos deixar para janeiro, tenho essa questão do regimento, ela não foi eliminada, ela foi postergada pra ser melhor estruturada também, que não basta simplesmente a gente falar faz isso, né? A gente trabalha em cima de orientação, você tem de dar o que aquilo vocês querem. Essa eu acho que é muito básica sim, que envolve muito regimento, eu acho nesse momento é necessário, porque é muita questão funcional. O que é que pode, por exemplo, esse ano, quando vocês entraram, não foi feita, não foi feita uma capacitação e ao longo do ano nós brigamos o ano inteiro, sofrendo as consequências disso, inclusive porque não foi esclarecido o que conselheiro podia e o que não podia, questões de diárias, regras, tinha decretos e muitas coisas que vocês cobravam que estavam completamente fora das normas, por quê? Porque não foi apresentado no início, não foi feito para capacitação. Então, são regras que as pessoas já tem que entrar

conhecendo, sabendo até para facilitar e amenizar essa (...) que foi o ano inteiro. Aí entendeu? E muitos conselheiros queriam estar completamente fora da norma por desconhecimento. Então eu acho importante estruturar bem o que é que nós vamos fazer. Já sabemos, é início de janeiro, vocês vão ter que contribuir, isso também. O que nós queremos? Primeira coisa que é não é que mês vamos chamar alguém hoje não tinha nada, tinha nada. Então isso é importante. **DONA ARLETE:** É isso aí, é assim, a gente recomenda que esse pleno ajude a pensar quem é que a gente vai poder estar convidando para fazer isso e conduzir essa capacitação para os novos conselheiros e evidentemente, essa mesa diretora ampliada vai ser, eu não digo, privilegiada, que também será beneficiada com essa capacitação, o que se estenderá a partir dessas pessoas aos fóruns, o CMAS, onde quer que a gente esteja atuando. E aí a gente pode, num dado momento, que possivelmente não será hoje, está pensando em pessoas que poderão estar conduzindo essa capacitação. Obrigada. **GABRIELE SEDESE:** Pode continuar então, gente? (...) Só sobre o apontamento da Gabi, sobre a tabela de encaminhamentos do SEAS, a Mira colocou pra gente no grupo o link da planilha de novo, ela está sendo alimentada pela secretaria executiva, então também é um ponto importante. Aí para os conselheiros conseguiria acompanhar as deliberações, resultado delas. E aí amanhã, então, na plenária, a gente inclui o ponto de pauta da capacitação dos novos conselheiros e aí fecha esses pontos soltos que estão aí, a agenda a data, enfim, conta a continuidade da prestação de contas depois da ação do controle social. Lá, as outras ações eram aquelas janelas orçamentárias que não tinham execução física nem financeira. Então só repassando, a ação 1049, que era aquela que foi criada para ações assistenciais, para população em situação de vulnerabilidade no enfrentamento da pandemia. Não houve execução em 2023, a 4534, que é a do piso mineiro variável, não teve execução em 2023. A ação da Rede Cuidar também a do Rede cuidar, a gente só fez um adendo porque a Rede Cuidar foi e foi mencionada lá pela equipe que está no momento de avaliação, inclusive pela Fundação João Pinheiro. E aí essa avaliação, os resultados delas não vão ser apresentados no dia 18, segunda-feira na parte da tarde, em uma reunião virtual que o SEAS está convidado. Aí a gente viu que não chegou o conselho formal ao conselho né? Mas eles estão divulgando como se fosse participar, então a gente precisa, os conselheiros que conseguirem se organizar para participar na segunda-feira à tarde, o Itamar vai mandar no grupo do SEAS o endereço direitinho do YouTube da Fundação João Pinheiro. Eu acho que é 14 ou 14h30 da segunda-feira, dia 18 agora. A distância. A ação 1066, também de atendimento a situação de emergência ou calamidade pública, não teve execução em 2023 e a ação 7005, de transferência de renda, famílias em situação de vulnerabilidade, sem execução. Então essas deixa eu ver quantas é uma, duas, três, quatro, cinco ações do nosso orçamento, né? Que foram janelas orçamentárias que não tiveram execução até setembro de 2023. Nós analisamos também, gente, as ações que estão fora do FEAS até o (...) de 2023 que é a ação 2081 de assessoramento a Política Estadual de Assistência Social, que é a ação que custeia o RH da Subsecretaria de Assistência Social e aí, como recomendação, a gente retomou aquela discussão se o SEAS e a SEDESE tiveram o retorno da SEPLAG, da Assembleia Legislativa, sobre a alocação dessa ação dentro da unidade orçamentária do FEAS ou não. A gente fez algumas discussões também sobre a insuficiência de RH da SEDESE, o valor do programa 065 cinco já é insuficiente, mas o valor do RH, que é de 11 milhões, é um valor que a gente já discutiu aqui, que precisa de concurso público, precisa ampliar a equipe. Mas eu acho que o principal que fica dessa ação é a definição mesmo, que ainda está pendente. Se dentro da unidade orçamentária do FEAS, ou fora, quanto à ação 4226, que é a última, que é a ação de apoio financeiro e material aos serviços sócio assistenciais e aquela ação que estão as emendas parlamentares impositivas estaduais. Essa ação também é executada fora do FEAS, aí o orçamento dela, se não me engano, é de 48 milhões atualmente, a execução financeira até setembro já tinha executado 36% desse valor, aí veio como meta física zero, Então a gente sugere também que seja inserida metafísica nessa ação, Então quantas OSCs, quantas ou quantos consórcios tiveram parceria celebrada e paga no período e a gente discutiu também a importância da alocação dentro do FEAS essa ação para a LOA de 2024 já está dentro do FEAS para que o conselho consiga incidir sobre os critérios dessas parcerias, por mais que, Grazi até falou, se a gente não consegue definir a entidade que vai, se essa é uma indicação do deputado, pelo menos saber se essa entidade tem condição ou não receber o recurso, aprovar ou não,

porque às vezes tem muita oferta que é fora do SUAS, enfim. Então a gente discute um pouco do papel dos conselhos na execução de fiscalização de serviços e projetos ofertados por emenda parlamentar e da alocação dessa ação dentro do FEAS. Aí não sei se vocês querem trazer especificamente sobre essas ações que aí eu trago só a conclusão. (...) **GRAZIELE CACHAPUZ:** Só fazer a ponderação dessas duas ações. Encaminhei a resposta da SEPLAG que ainda não veio, porque essas duas ações a gente pede a inclusão delas dentro do FEM. E aí, só para fazer o reforço, a questão do RH, primeiro que a gente compreende que se tem recurso público destinado à assistência social, a gente compreende que tem que ser dentro do FEAS, mesmo, a Roberta, que é trabalhadora do fundo estadual, ela até ponderou Olha, pode ter uma confusão. É nesse momento que a gente pode ter um valor a mais, mas a gente compreende que se é recurso da assistência, tem que estar sob controle social, ou seja, dentro do FEAS, pra gente poder avaliar e aí dizer de uma questão dos municípios, mesmo. Eu sei que não é exclusivo do meu município, mas eu vou trazer um exemplo lá, porque eu vivenciei esse exemplo de que a gente tem 60 nesses e o PP. AG, pppp, pp, a G daqui, o PP nosso foi de 60 milhões, sendo que 30 milhões estavam fora do Fundo Municipal de Assistência Social. E aí o argumento do morador do jeito do gestor que fez a que fez naquela época era que era RH, era que era recurso dos outros conselhos. Daí que não tem mesmo que estar no fundo municipal. Porém, na hora que você vai detalhar a informação, na hora que você vai identificar essa gente. Se a gente escuta isso e passa batido, a gente deixa de ver. No caso do meu município, que tinha 9 milhões, que eram de uma execução da assistência, que era da era do programa de transferência de renda, que este que estava assim a par do controle social. Então, assim os municípios, municípios menores, usam esse argumento, inclusive que a CDL tem esse e já tem e tem recurso alocado fora do fundo para também fazer o mesmo e (...) **GRAZIELE CACHAPUZ:** Aí o Municipal funciona do mesmo jeito. Eu sei que no caso da SEDESE, como a fiscalização é muito maior, ela não vai correr o risco de fazer incoerências. A gente está aqui, mas os municípios, isso acontece, acontece muito. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto, que é a questão das emendas parlamentares, a gente estava na discussão lá na Conferência Nacional porque tinha uma proposta para poder tentar controlar melhor que as emendas parlamentares elas fossem para o fundo Municipal e que o Fundo Municipal, Fundo Municipal não, que fosse direto fundo a fundo e que os conselheiros municipais, estaduais e nacional pudesse definir para onde ia essa emenda, essa proposta não foi não foi para as dez mais votadas, mas tinha essa proposta lá. Porém, o Elias, que é do COGEMAS, estava defendendo que essa proposta não era boa e estava me explicando por que isso já é feito, apesar de eu não ter ficado satisfeita, mas ele alertou o seguinte que eu acho que é esse ponto que a gente precisa ficar atento, se as emendas impositivas são obrigadas, a gente recebe essas emendas obrigadas a alocar esse recurso na instituição A, não necessariamente a gente precisa liberar esse recurso, deliberar sobre o recurso da instituição A, se essa instituição A não tiver ofertando os recursos da assistência social. Eu sei que isso cabe pra gente enquanto SEAS, nos municípios a gente tem muita dificuldade de bancar isso enquanto conselheiro, porque enquanto lá nos conselhos municipais, quando vem, vocês vão deixar de disponibilizar 100.000 para pra entidade. Mas a gente precisa ficar atento a isso, porque essas entidades que foram criadas de um dia pra noite, eu sei tem registro no Conselho Municipal, mas que a gente precisa fiscalizar o encaminhar dessas entidades, porque às vezes são entidades que são criadas simplesmente para receber esse recurso e não executam, são entidades feitas pra poder lavar dinheiro e aí a gente deixa de garantir recurso para entidades sérias, para entidades que trabalham diretamente com a política de assistência social. Aí ele falou, disse também que a gente sempre pode ponderar, por exemplo, a entidade A esta recebeu no último ano 5 milhões, só que a entidade B que está lá executando na alta complexidade, tá com muita dificuldade, a gente pode conversar com aquele deputado, com aquele vereador e dizer pra ele olha, a entidade que você já está alocado, recurso já recebeu 5 milhões, mas tem essa entidade aqui que executa alta complexidade, que ela tá com dificuldade financeira, né? Então vamos repensar e transferir esse valor para essa entidade que neste momento tem maior necessidade? Então pra gente fazer essas incidências quando necessário. **GABRIELE SEDESE:** Ai essa foi a nossa análise, pode falar Baião. enquanto a Baião está se encaminhando para o microfone, só pra concluir mesmo o encaminhamento sugerido pela reunião de comissões é pela aprovação com as recomendações por ação orçamentária que a

gente colocou aqui, a gente também fez uma sugestão sobre a metodologia, aí não entra na resolução, mas aí pro CEAS repensar a metodologia de análise da prestação de contas. Hoje a gente fez uma reunião conjunta de duas comissões e funcionou muito bem. Então alguns conselheiros colocaram essa, claro que essa discussão vai esbarrar na questão do papel do regimento interno e tudo mais, mas eu acho que a gente pensar a metodologia de reunião conjunta das comissões com o parecer prévio da Comissão de Orçamento talvez seja mais produtivo do que todas as comissões analisarem, algumas nem se reuniram para analisar. Então, assim que a gente pensar essa metodologia de análise para as próximas prestações de contas. Pode falar, Baião. **MARIA BAIÃO:** É só pra lembrar também para a Grazi que nós questionamos também a emenda parlamentar, Nós somos contrárias, (...) porque nós fomos contrários e o Elias também, na discussão, eu fiquei no mesmo grupo que ela. (...) eu fiquei no mesmo grupo que ela e eu não retiro esse posicionamento, sempre discuto isso aqui no Conselho em Belo Horizonte, a emenda parlamentar ela não é permanente e nós estávamos lá para votar contra a emenda parlamentar, porque quando ela cai para as entidades nos dá um trabalho muito grande, porque a entidade, nós ainda temos entidades que trabalham com social e não com assistência social, são duas coisas distintas. Então quando ela vai, acha que está inscrita no conselho, ela vai atrás da emenda parlamentar e depara com essa diferença do social e assistência social, então ela perde a emenda, ela perde a emenda. Qualquer político, qualquer deputado, qualquer político que encaminhar uma emenda para a assistência social, ela passa por nós no Conselho. Ela tem que estar registrada pelo governo federal e dentro do Conselho. É o Conselho quem define e determina se ela pode ou não receber. Então, quem é da entidade, para nós que avaliamos é doloroso, porque se a entidade é pobre demais, precisa desse dinheiro, Grazi, não importa se ela está precisando, se ela não tiver inscrito, ela não recebe, ela não recebe. Então nós somos, fomos contrárias à emenda parlamentar nas conferências todas, até chegar à Nacional, justamente por esse motivo, ela não é permanente. Então, o que nós deixamos na conferência? É que o governo se dê esse dinheiro para assistência social, fundo a fundo, como é a saúde e a educação, para acabar com essa questão, sabe? Ah, mas o Parlamento, ele que se vira como ele vai usar o dinheiro dele, importante é que não seja na assistência social. **GABRIELA LOIOLA:** Só e só pontuando o que a Gabriele colocou a respeito da (...) a respeito da metodologia de trabalho com relação às questões orçamentárias, aí eu gostaria de contribuir no sentido de que eu estive aqui em alguns momentos quando acontecia de forma conjunta e eu compreendo que é muito mais pedagógico, eu acho que a gente aprende mais essa possibilidade de reunir todas juntas, todos, todos os conselheiros juntos. E aí eu penso também que a gente otimiza, porque o que acontece? A gente discute nas comissões e depois dentro da plenária e na plenária, a gente faz as discussões, que é o que acontecia, a gente fazia todo mundo uma discussão, a reunião com todas as conferências e quando chegava na plenária, apresenta uma resolução com os pontos e ali já seria aprovado. Então eu acho que também otimiza o tempo, então eu gostaria de registrar isso aqui e ainda mais, eu acho que a gente ganha muito por causa do aprendizado, quando a discussão, ela é conjunta com todas as comissões. **ELDER GABRICH:** Eu ia sugerir para a gente ler a resolução e já ir para a votação. **DONA ARLETE:** A gente registra a presença da doutora Paola aqui conosco e convida a senhora para compor a mesa conosco, fique a vontade. (...) **GABRIELE SEDESE:** Eu vou fazer a leitura da minuta de resolução da prestação de contas. Aí a gente vê se todos os pontos foram incluídos, todas as recomendações, o que foi feito agora aqui, concomitante a nossa discussão, e aí a gente passa para segunda pauta. Então, a resolução SEAS número (...) de 3 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a aprovação do Relatório Trimestral de Execução Físico Financeira do Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, FEAS MG, referente ao primeiro, segundo e terceiro trimestre de 2023. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, CEAS MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13 da Lei Estadual número 12.262, de 23 de julho de 96, pela NOB SUAS de 2012, considerando deliberação da 41ª Plenária Extraordinária realizada no dia 13 de dezembro de 2023 e considerando a Lei Estadual número dois 12.262, que dispõe sobre a política estadual, cria o CEAS e dá outras providências, considerando a lei estadual número 12.227, de 96, que cria o FEAS e dá outras providências, considerando que o CEAS acompanhou a execução do orçamento da Assistência Social por meio dos relatórios de Execução Orçamentária e Financeira

e da apresentação do Relatório Trimestral de Atividades pela gestão, no modelo pré estabelecido e acordado, na periodicidade definida na Lei Estadual dois 12.262, resolve, Aprovar os relatórios trimestrais de execução físico financeira do feitas referentes ao primeiro, segundo e terceiro trimestre de 2023, conforme documentação apresentada pela SEDESE e analisada pelo SEAS no processo C e número, ai tem o número do processo que a documentação foi enviada. Artigo Segundo, recomenda-se na ação 1059, que é aproximação SUAS, alterar o valor da meta física executada para 73, visto que os municípios que receberam os recursos em 2021 e 2022 continuam sendo acompanhados e apoiados. Na ação 4129, que é a de capacitação e apoio técnico, priorizar nos próximos anos as capacitações na modalidade presencial, priorizar a ação orçamentária, 4535 Educação permanente do SUAS na alocação do saldo de recursos programados em 2024, isso aí já é o número que está na LOA de 2024, a SEDESE, enviar ao SEAS relatório de avaliação das nove capacitações EAD o relatório que está sendo elaborado para apresentação ao Núcleo Estadual de Educação Permanente, alocar recursos orçamentários próprios adicionais na ação da educação permanente do SUAS, visto que o recurso aportado na LOAS de 2024 é insuficiente. **GRAZIELE CACHAPUZ:** Destaque. Você leu 2024? **GABRIELE SEDESE:** Tem que botar aqui. **GRAZIELE CACHAPUZ:** Esse era meu destaque. **GABRIELE SEDESE:** Vou ler de novo. Alocar recursos orçamentários próprios adicionais na ação 4535 Educação permanente do SUAS, visto que o recurso aportado na proposta de Lei Orçamentária Anual pelo LOA 2024, é insuficiente. Na ação 4130, que é na média complexidade, retomar o grupo de trabalho do SEAS para acompanhamento dos CREAS Regionais e dos CREAS municipais cofinanciados, a SEDESE realizar avaliação ou estudo de viabilidade sobre a implantação de consórcios para oferta do serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para os municípios de pequeno porte, a SEDESE e realizar avaliação dos CREAS municipais cofinanciado e reordenados, descrevendo o processo de implantação do serviço nos últimos anos. Na ação 4132, piso mineiro fixo, inclui anexo no modelo de prestação de contas trimestrais do SEAS, contendo a lista de municípios com impedimentos para repasse e detalhamento das irregularidades, para que o SEAS atue junto ao CMAS destes municípios. Promover a atualização do valor do piso Mineiro fixo, conforme previsto na Resolução SEAS, número 755 de 2022. **GRAZIELE CACHAPUZ:** Destaque. (...) Porque a gente também tinha sugerido um acompanhamento mais periódico, mas eu não sei se é periódica a palavra mais atualizado do FEAS, dos Trabalhadores do Peso em relação a esses municípios. Uma incidência mais (...) **ELDER GABRICH:** Posso sugerir? **GRAZIELE CACHAPUZ:** Pode. **ELDER GABRICH:** Criar estratégia de acompanhamento frequente dos municípios irregulares no piso pelo SEAS. 21: Em relação a esse acompanhamento, nós fazemos o acompanhamento durante todo o ano e a gente passa mensalmente nas plenárias aqui os informes mensais, o que a gente tá falando que a gente vai colocar os informes, mas esse acompanhamento periódico desde o momento de aberturas dos serviços durante todo o ano, ele já é feito pela minha equipe. **ELDER GABRICH:** Eu acho que o SEAS também, ele até faz algumas ações com os municípios, depois que vocês informarem. Criar estratégias para acompanhamento frequente dos municípios em situação de irregularidade para recebimento do piso Mineiro, a ser executado pelo CEAS. (...) **GABRIELE SEDESE:** Na ação 4133, que é de apoio ao controle social. Realizar acompanhamento efetivo das ações do Plano Estratégico do Controle Social no próximo exercício para o fortalecimento das URCMAS e fóruns, definindo datas para as ações planejadas e alinhando o diálogo com as Diretorias Regionais da SEDESE para esse apoio. Alocar recursos próprios na ação 4434, de fortalecimento do controle social do SUAS na LOA de 2024. (...) Na ação 2081, acompanhei o retorno do governo estadual sobre a possibilidade de alocação das despesas de pessoal na unidade orçamentária do FEAS. Na ação 4226, alterar o valor da metafísica para quantidade de celebrações liquidadas no período, executar as emendas parlamentares relativas à assistência social na unidade orçamentária do FEAS e submeter sua aprovação ao CEAS, a fim de induzir os critérios, aumentar o acompanhamento da execução e fiscalização dos serviços e projetos, garantindo que as entidades contempladas estejam efetivamente realizando serviços socioassistenciais. **GABRIELA LOIOLA:** Só lá em cima, eu acho que eu perdi o *timing*. Eu acho que nós não colocamos o apoio aos conselhos, acho que só está URCMAS e fóruns. (...) Lá no controle social, abaixa um pouquinho, Mira. (...) **GABRIELE SEDESE:** Aí o artigo terceiro, essa

resolução entra em vigor na data de sua publicação. Algum conselheiro tem mais algum destaque ou a gente pode submeter a votação? (...) por ser pauta orçamentária, votação nominal. (...)

MIRA: Boa tarde, Adelmira. Então vou fazer a chamada para votação da prestação de contas, da aprovação da prestação de contas primeiro, segundo e terceiro trimestre de 2023. Arlete Alves de Almeida. **DONA ARLETE:** Pela aprovação. **MIRA:** Gabriela Loiola. **GABRIELA LOIOLA:** Pela aprovação. **MIRA:** Grazielle Vieira Cachapuz. **GRAZIELE CACHAPUZ:** Pela aprovação. Mas eu quero fazer uma ressalva que eu acabei não falando que eu sempre falo, da importância de todos os conselheiros serem capacitados e orientados para compreender efetivamente o orçamento, pela aprovação, mas com essa ressalva, com esse encaminhamento também. **MIRA:** Isac de Santos Lopes. **ISAAC DOS SANTOS:** Voto pela aprovação. **MIRA:** Kariny de Amorim Silva. **KARINY DE AMORIM:** Pela aprovação. **MIRA:** Patrícia Pinto Valadares. **PATRICIA VALADARES:** Pela aprovação. **MIRA:** Marilene Faustino Pereira. **MARILENE PEREIRA:** Pela aprovação. **MIRA:** Simone Maria da Penha de Oliveira. **SIMONE MARIA:** Pela aprovação. **MIRA:** Elder Carlos Gabrich. **ELDER GABRICH:** Pela aprovação. **MIRA:** Gabriele Sabrina. **GABRIELE SEDESE:** Pela aprovação. (...) **MIRA:** Silvestre Dias. **SILVESTRE DIAS:** Pela aprovação. (...) **MIRA:** Então, os conselheiros que estão em condição de titularidade é Michelle Andrade Henriques, da Secretaria Estadual de Educação. **MICHELE ANDRADE:** Pela aprovação. **MIRA:** Cláudia Cristina da Silva do CMAS de Uberaba. **CLÁUDIA CRISTINA:** Pela aprovação. **MIRA:** Tomas Pereira de Sá Carvalho, SEPLAG. **TOMAS PEREIRA:** Pela aprovação. **MIRA:** Então, foram onze conselheiros titulares pela aprovação e três conselheiros em condições de titularidade pela aprovação. Então 14. **DONA ARLETE:** Aprovada por unanimidade, muito obrigada, Mira. (...) **ELDER GABRICH:** Então a gente pode passar para segunda pauta que é a discussão e a análise do PPCAM. Vou pedir a Tati, que é diretora de alta complexidade, para fazer a apresentação. (...) **TATIANA:** Pessoal, boa tarde. Sou Tatiane, diretora de alta complexidade da SUBAS SEDESE (...) Tatiane, diretora de alta complexidade da SEDESE da SUBAS. Primeiramente queria agradecer a plenária por ter acatado a nossa pauta de urgência, não estávamos previsto para esse mês, mas devido a necessidade da gente discutir esse ponto aqui hoje, considerando que o orçamento, a gente teve o orçamento aprovado para o próximo ano, então a ideia é a gente cofinanciar, ampliar as vagas do serviço de acolhimento para criança e adolescentes acompanhados pelo programa de proteção. Então nós apresentamos essa pauta na CIB, segunda-feira e a gente teve a aprovação da CIB, gostaríamos de passar para vocês essa discussão, conversarmos um pouco a respeito. A gente está com a presença aqui da SUB DH e do Programa de Proteção à Criança Adolescente Ameaçado de Morte, porque é uma temática que envolve as duas Subsecretaria da SEDESE, a SUBDH com o Programa de Proteção tem a gestão do programa de proteção, o programa é quem executa realmente a análise dos casos, a avaliação e a SUBASna diretoria de Alta Complexidade e quem é responsável pelas unidades de acolhimento em âmbito estadual de orientações, de regulamentação, então, perpassa por esses três setores da SUBAS. Então a gente tá com a presença da SUBDH do PPCAM, que pode estar contribuindo nas discussões, tirar alguma dúvida que vocês tenham. A presença da doutora Paula, representando o Ministério Público, que também participou e participa ativamente conosco dessas discussões e veio contribuir um pouquinho também com a gente. Então, o que a gente traz de proposta para a gente discutir aqui hoje? O Estado ampliou o cofinanciamento que já existe para o acolhimento de crianças e adolescentes ameaçados de morte no Estado. Aí eu vou retomar um pouco de como funcionou, como funciona e qual é a nossa proposta de agora em diante. A gente tem um histórico aí crescente em Minas Gerais, de demandas de acolhimento de crianças e adolescentes ameaçados de morte. O programa de proteção é o responsável por fazer a análise desses casos, então chega um caso num determinado município e que tem uma trajetória de ameaça de morte, a rede é a porta de entrada, aciona o programa de proteção, a porta de entrada é o Ministério Público, Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Judiciário, aciona o programa de proteção para fazer uma análise desse caso. Verificar a abrangência da ameaça se existe ameaça e se existe, tomar alguma medida protetiva urgente em relação àquele caso. O programa faz essa análise criteriosa desse caso, acionado pelo município, por esses órgãos que eu citei e então, e após essa análise, tem duas opções de acolhimento, uma opção que é a opção familiar, em que o adolescente e sua família são retirados do município de origem e vão para um

acolhimento conjunto que é chamado de familiar e temos a outra, aí se não passa pela assistência, fica na Subsecretaria de Direitos Humanos, mas quando a situação em que o adolescente está desacompanhado dos responsáveis e necessita de ser acolhido fora de seu município de origem, ele tem que ser acolhido numa unidade de acolhimento para criança e adolescente, como qualquer outro adolescente ou criança. E aí, neste momento em que que é o grande problema, porque o Estado não tem gestão de vagas, a gente não executa serviço diretamente, serviço de acolhimento institucional, os municípios que executam e a gente tem que retirar o programa de proteção, muitas vezes tem que retirar o adolescente do seu município, encaminhar para outro município. Então a gente passou por um histórico de várias dificuldades e até a gente chegar no que a gente tem hoje e na proposta que a gente vai apresentar. A gente tem, inclusive, um inquérito civil público movido pela 23ª promotoria em 2015, para que o Estado se responsabilize por uma obra, um apoio aos municípios e por gerir essa questão dessas vagas fora do município de origem, pode passar, por favor, a apresentação. Então a gente teve, como que a gente funcionava, então, na época desta e desse acionamento deste inquérito civil. A gente não tinha gestão de vagas, a SUBDH via programa de proteção, não se acionava pedindo apoio para conseguir vaga nos municípios. Como a gente não financiava o município, a gente não tinha parceria com o município, a gente começava a ligar para cada município da rede que estava lá no Censo SUAS, pedindo uma vaga de acolhimento naquele município. Então a gente, foi uma ação muito ineficaz, que a gente levava um tempo para conseguir a vaga e a gente chegou a acionar 130, 120 municípios para conseguir uma vaga e o adolescente ficava meio perdido nesse nesse ínterim aí e o acompanhamento também era precário, tanto em relação à SUBAS quanto à unidade de acolhimento, o quanto o próprio programa de proteção, porque não estava tudo muito regulamentado. Aí a primeira opção que o Estado teve, a primeira alternativa que nós tivemos para tentar minimizar esse problema foi via programa Rede Cuidar. Então, o programa Rede Cuidar. em 2019, nós criamos a modalidade II do programa Rede Cuidar, não sei se vocês se recordam, foi aprovado aqui no CEAS para o acolhimento de crianças e adolescentes acompanhados pelo programa de proteção. Então a gente teve aí em 2019 essa nova modalidade, dentre outras que já existiam no Rede Cuidar. A gente permaneceu com o Rede Cuidar, estamos ainda com o programa Rede Cuidar, até agora o ano de 2023, o programa Rede Cuidar ele, ele, ele é um programa, ele não é continuado, então a gente recebe recurso da loteria mineira para execução e aí, diante do recurso que a gente recebe, a gente traz para as discussões e as prioridades e a divisão e pactuação de critérios. No ano de 2023, nós não tivemos recurso para uma nova rodada do programa Rede Cuidar, em 2024, nós também não vamos ter esse recurso. Então o Estado se viu diante de um aumento de demandas de acolhimento e com as parcerias que até então a gente tinha celebrado, vencendo a vigência, porque a vigência do termo de colaboração era de um ano. Então a gente traz uma proposta, teve que pensar numa outra forma, de um cofinanciamento continuado, para que essa oferta não seja interrompida, porque os municípios recebem lá, estão com o adolescente nessa situação, aciona o programa de proteção e aí depois não tem pra onde encaminhar. O programa está avaliando e não tem para onde encaminhar. Então os municípios ficam com o problema sozinho em mãos lá é um problema muito grave de ameaça de morte, ele tem que ser protegido imediatamente. Então, a alternativa que a gente trouxe é pensar numa outra forma do Estado estar atuando, ampliando a rede de atendimento fora do programa Rede Cuidar pra gente não ter essa questão de depender de recursos que não são fonte do Estado, que é da loteria mineira, no caso. E aí eu trago aqui um cenário para vocês entenderem como foi essa execução via Rede Cuidar. Então, em 2019 foi aprovada a primeira resolução, em 2020 nós começamos a executar e a gente teve 146 unidades elegíveis, de acordo com as resoluções pactuadas na CIB e no CEAS. Dessas, 146 unidades elegíveis, dez unidades realizaram a adesão e quatro desistiram ao longo do processo. Então, em 2020, nós tivemos seis unidades acolhendo no estado. O repasse, à época, era de R\$50.000 para o acolhimento de até dois adolescentes, então significava uma per capita de R\$1.042 por mês por cada adolescente. Nesse período, a gente teve cinco vagas. (...) A gente teve cinco solicitações de acolhimento via programa de proteção e a gente teve atendido 100% dessas solicitações. A gente garantiu a proteção para todos que nos acionaram. Em 2021, a gente teve uma nova rodada do programa, a gente teve um outro recurso da loteria mineira e a gente teve seis

unidades de acolhimento que foram elegíveis, de acordo com os critérios da resolução de CIB CEAS, cinco unidades eram as que já tinham realizado o aceite em 2020, a gente priorizou essas unidades, até porque já tinha uma expertise com o trabalho, a gente já tinha feito um processo formativo com essas unidades e a gente no ano de 2021, então, a gente teve sete unidades de acolhimento vigentes porque tinha uma de 2019 que teve uma questão do repasse de recurso que não chegou no tempo devido e aí ele foi estendido, foi prorrogada a parceria a partir da data do repasse. Então, em 2021 a gente teve sempre 115.000, aí a gente dobrou o valor de 2020 para 2021, inicialmente eram 50.000 em 2021, 115.000 para acolhimento de até dois adolescentes. A gente entendeu que deveria ter um aumento desse repasse de recurso, considerando a especificidade, o trabalho, que é um trabalho bem diferenciado com esse público. Aí a *Per Capta* praticamente dobrou também, ela foi para R\$2.396 por mês. Neste ano, nós tivemos nove solicitações de acolhimento pelo PPCAM, 100% das solicitações atendidas. Já em 2022, a gente permaneceu com sete unidades de acolhimento vigentes, também com repasse de 115.000 e a gente teve aí 17 solicitações que foram de vagas atendidas. E em 2022 a gente teve uma peculiaridade, o programa de proteção avaliou, desde 2020 que a gente estava executando em parceria com a Rede Cuidar, que não seria viável a permanência de dois adolescentes em cada unidade parceira, até então, o nosso termo de aceite com as entidades era de acolher até dois e a experiência nos mostrou que não estava sendo interessante, tanto para o adolescente quanto para a unidade e que não deveríamos acolher dois, devido à complexidade dos casos, o risco até de que adolescentes rivais se encontram na unidade de acolhimento. Então, a gente, com essa avaliação que a gente teve, não foi uma avaliação precoce, sabe? Foi uma avaliação de três anos de execução do programa, da parceria. A gente teve uma diminuição no número de vagas. A gente já tinha sete unidades, a gente tinha quatorze vagas, com essa avaliação, a gente passou a ter sete vagas, então a gente diminuiu pela metade o número de vagas disponíveis. Mesmo assim, a gente conseguiu atender às 17 solicitações de acolhimento, porque é uma rotatividade muito grande, às vezes o adolescente entra no programa de proteção, adere ao programa de proteção, a gente faz toda articulação para ele chegar à unidade de acolhimento e ele existe no meio do caminho. Aí acontece alguma situação que ele não está mais no programa de proteção e aí ele não é acolhido, ou também às vezes é acolhido e a situação é resolvida mais rapidamente. Aí o fluxo é muito grande, muito rápido. Então, nesses casos, eles têm uma rotatividade. Então por isso que a gente conseguiu atender dezessete solicitações. Aí em 2023, hoje, qual é o nosso cenário? A gente iniciou o ano com sete unidades de acolhimento vigente, três não Gov e quatro Gov e quatro parcerias se encerrando agora no mês de março, agosto e 31 de dezembro. E esse tempo estamos com uma parceria encerrando também. Então, qual é o cenário para 2024? Três unidades de acolhimento com uma vaga cada uma e hoje a gente tem cinco acolhidos via programa, que permanecem, a gente tem que realizar, inclusive a transferência de acolhidos que estão nessas unidades, que está vencendo a vigência. Então a gente está com as vagas já no limite e aí a gente está tendo uma crescente demanda por acolhimento. Se vocês perceberem lá, a gente começa lá em 2019 com cinco demandas anuais, depois passou para nove, depois passou para dezessete, e agora para dezenove, esses números não tem como a gente mensurar se o próximo ano vai ser vinte, se vai ser vinte e cinco, se vai ser dez, se vai ser quinze, a gente não consegue. E isso é uma demanda, não depende da gente. A gente faz uma média dos anos que a gente tem tido aí, mas o que a gente percebe é uma crescente demanda, infelizmente. E aí, se há adolescentes ameaçados de morte, que necessitam sair de seu domicílio, a gente tem que criar estratégias para acolher. Então, o que é que o Estado propõe com isso? Pensando que pra 2024, a gente não tem nenhuma previsão de programa Rede Cuidar, que a gente não tem indicativo de recursos via loteria mineira. Então, essas parcerias que estão vigentes, essas três para o próximo ano, elas vão acabar no próximo ano e as três parcerias não são suficientes. Então, visando a gente expandir a nossa rede, pensar numa ação mais efetiva, que não tenha prazo de encerramento, como é o termo de colaboração, o estado vem propor então o cofinanciamento estadual do Serviço de Acolhimento Institucional para Criança e Adolescente via fundo a fundo. Então a gente sai da lógica de um programa para um cofinanciamento continuado, para a gente pensar em constituir uma rede mais sólida e ampliar o nosso número de parcerias. Isso, com muita urgência, porque as demandas não param, como gente esse ano a gente levou

esse pleito para a secretaria, que debateu isso na COFIM e conseguiu aprovar um valor já na PELOA para o próximo ano, a gente precisa de discutir isso com vocês pra a gente tentar o quanto antes, traçar estratégias para que os municípios, os adolescentes, nós no Estado que a gente vê, a gente não fique com esse problema em mãos, de quando chegar um adolescente, a gente ter que proteger, ter que acolher e não ter onde acolher. A nossa proposta então é o Cofinanciamento Estadual, fundo a fundo, de acordo com os critérios estabelecidos e pactuados na CIB e no SEAS, um termo de aceitação para os municípios fundar a fundo, a gestão das vagas desse acolhimento, ele continuaria com a SUBAS, com a diretoria de Alta Complexidade, como é hoje. Como funciona hoje? A gente tem essas unidades que são, a gente não divulga essas unidades de acolhimento devido ao sigilo, então a gente tem que preservar a identidade do adolescente e a segurança de todos, mas a Diretoria de Alta Complexidade SUBDH, nós temos essa relação desse acolhidos das vagas e mediante a análise do risco, a SUBDH nos aciona e indica determinada adolescente tem um risco no norte de Minas, então nós não vamos encaminhar para a unidade norte de minas, vamos encaminhá-la para o Sul, se tivermos unidades no Sul e aí a gente encaminha o adolescente. É importante a gente dizer que o adolescente que vai não é o risco que vai, é o risco foi verificado, analisado anteriormente, então é o adolescente que desloca para um local seguro, de acordo com toda a análise que foi feita pelo programa. Aí a gente faz a gestão de vagas. Então, o que a gente necessita de continuar e de melhorar e de aprimorar é que a gente tenha mais locais, mais vagas disponíveis para a gente acionar quando for necessário. Não quer dizer que essas vagas vão ser ocupadas o tempo todo, mas elas têm que estar disponíveis para a gente acionar e encaminhar, caso seja necessário. O que a gente tem hoje de recurso financeiro? Então a gente tem aí na PELOA de 2024 o valor de R\$792.000, que daria uma *Per Capita* de R\$3.000,00 por mês, R\$36.000 por ano, considerando 22 e duas vagas disponibilizadas de acolhimento. Por que a gente colocou esse cálculo de 22? Considerando esse histórico que eu mostrei para vocês de cinco solicitações? Nove, 17, 19, então a gente coloca 22 pensando num valor de cofinanciamento que não fosse fosse um valor é melhor do que os outros, que a gente começa no Rede Cuidar com o valor de R\$1000 e poucos, depois passa pra 2300 e a gente pensa num valor, aumentar esse recurso financeiro e termos uma sobra aí, uma margem de sobra em relação a esse último ano, tá, então é o que a gente pensou inicialmente, mas a gente pode está discutindo aqui essa quantidade de vagas. Como que a gente chegou nesse valor? A gente fez a média de referência do custo de acolhimento dos municípios de pequeno, médio, grande porte e metrópole. Então, essas unidades que hoje já acolhem via programa a Rede Cuidar, elas nos enviaram o custo do serviço de acolhimento que elas têm, a gente fez uma média, considerando que esse adolescente ele pode ir para qualquer município de pequeno, de médio e grande porte ou metrópole e a gente colocou um valor a mais de R\$513 considerando que é um público muito específico, que vai demandar articulações com a rede. É um trabalho mais intensivo. Então é, a gente colocou esse valor. Então, o valor que a gente tem de referência hoje que a gente sugere é de R\$3.000 para que a unidade de acolhimento indicada pelo município ela possa ter essa reserva de vaga mediante termo de aceite com a SEDESE. (...) por adolescente, mas o acolhimento, a proposta é que seja um adolescente por unidade, salvo exceções que a gente tem que considerar, são exceções das exceções, mas acontece, por exemplo, grupo de irmãos, se tiver aí dois irmãos, a gente não pode separar o convívio, caso que a gente tem inclusive hoje, a nossa prática vai mostrar outras questões. A adolescente que chegou grávida, então hoje ela ocupa uma vaga quando ela tiver o bebê, vai ser duas vagas. Ai não tem como, a gente teria que realmente acolher adolescente grávida. Como nós acolhemos e temos uma adolescente grávida hoje conosco. **CLÁUDIA CRISTINA:** Pode perguntar uma coisa relacionada a isso? **TATIANA:** Claro. Pela experiência que a gente tem de acolhimento institucional lá no meu município, eu entendo que essa per capita e esse valor de R\$3.000 foi levado em consideração se caso esse adolescente tenha algum comprometimento de saúde mental? Porque isso agrava e a complexidade fica mais agravada ainda e o custo fica maior. (...) **TATIANA:** Para a *per capita* não, Cláudia. Para calcular *per capita* não, o que nós fizemos pensando nessa questão de saúde mental? A gente, os municípios que seriam elegíveis para receber esse recurso seriam municípios, primeiro, primeiro critério, ter serviço de criança e adolescente, seja de acolhimento institucional, ter um CREAS Regional, municipal ou vinculado a

um CREAS regional e ter unidade CAPS no município. Porque sabe que isso é uma questão (...) não, pra ele ser elegível o CAPS, mas pra desempate por exemplo, a gente colocou o critério de CAPSI, que aí é para adolescente, infância, adolescência. Então a gente já prevê para os municípios serem elegíveis. Então o município que não tem CAPS não seria elegível, não poderia participar, considerando que essas demandas são recorrentes e necessitam de apoio da rede, Tá? Qual é o benefício dessa proposta que a gente traz? Nessa previsibilidade de recurso, fundar a fundo, com repasses mensais, ao contrário do programa Rede Cuidar, que era um repasse uma vez e acabava o programa, acabava o recurso e o adolescente, se ele tivesse na unidade de acolhimento, inclusive, ele teria que ser transferido, como a gente está com uma questão dessa agora, de uma parceria que vence dia 31 de dezembro e a gente vai ter que transferir esse adolescente para outra unidade, não a vigência, como em uma parceria, então é o que eu disse, seria um cofinanciamento, como é o piso mineiro, mas numa outra caixinha, separado pra essa execução desse serviço. Maior tranquilidade de gerenciamento dessa parceria através do cofinanciamento, porque aí é um cofinanciamento continuado, maior possibilidade do uso de recursos, porque o programa Rede Cuidar, ele teve que fazer um plano de aprimoramento e especificando o que seria gasto com aquele recurso, qualquer coisa que fosse modificada ao longo desse período tinha que fazer termo aditivo e aí vocês das entidades aí sabem o quanto que é difícil esse processo, né? Patrícia, Moroso, burocrático, de fazer um termo aditivo pra tirar, apesar de gastar R\$10 que estava numa rubrica e ir pra outra, é aquele transtorno. Com essa questão do cofinanciamento, o recurso poderia ser utilizado livremente, desde que seja para o serviço de acolhimento na unidade que foi indicado pelo município. Utilizado para RH, utilizado para estrutura física, para aprimoramento de serviço, para capacitação, o que fosse necessário dentro da oferta do serviço. E aí também houve um aumento real do valor da *per capita*, então a gente iniciou em 2009, com R\$1.030 e aí essa proposta, ela está triplicando o valor para R\$3.000. Aí acho que é o que é mais importante, a criação dessa rede de atendimento para crianças e adolescentes acompanhados pelo PPCAM, que é algo inovador, o próprio programa, Rede Cuidar, a gente, inserir essa modalidade foi algo que Lina saiu à frente das discussões nacionais, não tem nenhum Estado que conseguiu trazer uma experiência como o Rede Cuidar, que foi exitosa, que deu certo, mas deu certo por determinado período. A gente acha que a gente precisa de ampliar e sair dessa lógica de programa, que seja algo continuado e a gente atender com essa nova proposta, a gente ter a possibilidade de atender às crescentes solicitações que vão surgindo. Eu estava ali conversando com a equipe do PPCAM que está falando, cada dia mais avaliações, cada hora mais demanda pra gente. Então a gente fica todo mundo apreensivo para tentar proteger o adolescente, chegar o momento que a gente possa não ter essa vaga e o município ficar com aquele problema lá, O que fazer? Já teve casos de gestores ligarem pra gente falando, eu levei pra minha casa e aí todo mundo sabe que não é o ideal, nem pode acontecer isso. A expansão do número de unidades pra acolhimento. Então hoje a gente tem. Para o próximo ano a gente vai ter três unidades via rede Cuidar. A rede continuaria com essas três até o final da vigência e a gente com possibilidade, mediante aceite dos municípios, de expandirmos para 22. Então, em síntese, e essa é a proposta que a gente para vocês, a gente está com a equipe aqui, doutora Paola, equipe da SUBDH, do PPCAM, vocês fiquem à vontade para tirar alguma dúvida, a gente sabe que é uma discussão complexa que exige que a gente pense e tire todas as dúvidas que vocês, munícipes, vocês representantes aí, pra gente tentar tirar o melhor encaminhamento. (...) **GABRIELA LOIOLA:** Obrigada Tatiane, pela apresentação. Enquanto você falava eu ficava pensando como que tudo isso chegou na política de assistência social. Aí eu não sei se você tem esse histórico, de como que se chegou na política de assistência social. E aí eu queria compreender qual é de fato esse público. Se há rompimento dos vínculos familiares, se a família não consegue garantir a proteção pela ameaça externa, se há também ameaça dentro do espaço familiar, quando vocês precisam fazer o acolhimento do grupo familiar, qual é a política pública que assume isso? Como é a metodologia deste trabalho? Outra coisa que eu gostaria de compreender é se existe um método, uma organização, uma estrutura objetivo para a realização desse trabalho, eu trabalho na unidade de acolhimento e aí a gente tem uma prerrogativa lá, que é o retorno da criança para o espaço familiar. Aí eu fico pensando como seria o meu trabalho dentro dessa conjuntura tão desfavorável pra essa criança retornar, porque a gente às vezes não

consegue fazer uma atuação pelos fatores externos, que talvez envolveria mais a segurança pública do que a própria política de assistência social. E aí, dentro da minha atuação ainda tem um outro fator que me incomoda muito em toda essa apresentação sua, que eu tive a oportunidade de participar do movimento de capacitação sobre a família Acolhedora, que eu achei maravilhoso. Porém, os profissionais que às vezes estão no âmbito do Estado que compõe o Poder Judiciário e o Ministério Público, consegue estabelecer um diálogo ali que talvez a gente não consegue dentro do município. A relação da política de assistência social com o Ministério Público e o Poder Judiciário, ela é ainda muito delicada. Ela ainda não é suficiente e aí eu fico pensando que numa realidade como essa, como que se daria o nosso trabalho? Assim eu que você conseguir me ajudar a compreender por causa que existe um gargalo muito grande e além do recurso financeiro, eu estou pensando ainda que se há uma estratégia dentro de toda essa organização de capacitação para essas equipes, porque inclusive que nós estávamos discutindo o orçamento recentemente, uma das questões que foi trazida foi a questão de capacitação. A capacitação para trabalhadores da política de assistência social, que está em alta complexidade, não é suficiente, ela não acontece. A gente já se sente despreparado e tendo que nos reinventar no espaço do trabalho, com a complexidade do acolhimento e agora é um acolhimento com mais especificidades. Então é o que você puder contribuir nesse todas essas questões. **TATIANA:** Obrigada, Gabriela. Você trouxe pontos muito importantes. Primeiro é dizer como que se chegou no SUAS. Isso chega no SUAS a partir do momento que é uma criança, um adolescente que precisa de ser acolhido, porque é um público com o direito violado e necessita de acolhimento. Então ele é acompanhado pelo programa de proteção, ele está com duas medidas, uma medida de acolhimento, ele pode vir até uma medida de acolhimento aplicada, mas ele está com a medida também de proteção acompanhado por um programa específico. Então ele chegou no SUAS, que é criança, adolescente com direito violado. Então é nosso público realmente. E aí ele é público da unidade de acolhimento, porque ele, independente dele, está ameaçado, ele está acompanhado pelo programa, ele está com o direito violado e aí ele chega pra gente na assistência. Então, de fato, ele é um público nosso, mas não é um público só nosso. Ele é um público da saúde, ele é um público do programa de proteção. Ele é um público que ele perpassa para a rede toda. E aí, quando você diz de um receio, de uma dificuldade de articulação com o Poder Judiciário, com a rede de proteção. E isso é real, isso é, são várias as questões que a gente tem a aprimorar a gestão das vagas e a ampliação das vagas, é um ponto que a gente vai atacar nesse momento. É claro que a gente tem que ter toda essa articulação, não é? Nada acontece se não tiver uma rede socioassistencial junto ao Poder Judiciário, até porque a aplicação de medida há uma transferência do município de origem para outro município. Então tem que ter uma conversa entre poder Judiciário, aplicação de medida protetiva. Então isso tudo é muito necessário e indispensável. A gente enquanto SEDESE, a gente vai normatizar, caso seja aprovado e regulamentar, como vai se dar essa articulação entre o município escolhido, entre quais são as responsabilidades da SEDESE, SUBAS, programa de proteção À Alta Complexidade, Município, Ministério Público. A gente está fazendo uma resolução, uma minuta de uma resolução para regulamentar. A questão do apoio técnico e da capacitação, é essencial e como que ocorre hoje já com esses que a gente já tem no Rede Cuidar? A gente é acionado via programa de proteção, a gente tem lá o número de vagas nos municípios, a primeira ação, a primeira ação que a gente faz é fazer um estudo de caso junto com a unidade de acolhimento, com o programa de proteção e as SUBAS, para discutir o caso, inserir antes de inserir o caso na unidade de acolhimento, depois, essa discussão de casos mais ampliado com a rede do município, como por exemplo, tem questão relacionada à saúde mental, tem que ser encaminhado para a saúde mental daquele município. Se o município não tem, tem que articular com outro município. Então por isso que a gente prioriza aí nessa resolução municípios que já tenham essa estrutura. Então a gente tem esse apoio continuado e a gente faz visitas nas unidades de acolhimento, tanto as SUBAS, para tratar questões específicas que diz respeito à assistência social mesmo, a unidade de acolhimento, conforme as orientações do serviço, quanto o programa de proteção, o programa de proteção também acompanhando e realizando discussões de caso, visitas e monitoramento. A gente está previsto agora no nosso PEAS e no plano de qualificação da SEDESE para o próximo ano, caso seja aprovado o primeiro trimestre todo, vai ser de formação para esses municípios, pra

essas unidades que aderirem a esse cofinanciamento. Lembrando que é uma ação bem intensiva na SEDESE, que a gente não pode nem juntar o grupo de municípios e fazer uma ação. A gente tem que fazer com um por um, por causa do sigilo. Então, se a gente já separou trimestre do ano para termos ações e assim tanto visita in loco quanto a ação continuada e o apoio técnico inicial para cada município que for aderir, que faça o termo de aceite. Se fosse uma questão que não envolvesse risco e ameaça, a gente poderia fazer uma ação conjunta com os 22, por exemplo. Mas para não, para não prejudicar o sigilo, essa ação vai ser individualizada. Então já está no nosso planejamento, que vai ser apresentado para 2024. Você trouxe várias questões que diz respeito ao acompanhamento do Programa de Proteção, dessa análise de risco, desse acompanhamento familiar. Como eles chegam nessa modalidade individual ou familiar? Eu ia pedir à equipe do programa para explicar para vocês melhor o que eles vão dizer do trabalho efetivo que eles fazem. Tá bom? Ai queria alguém do programa. (...) **GRAZIELE CACHAPUZ:** Obrigada, viu Tatiana? Só para fazer uma ponderação de uma das perguntas que a Gabi colocou, que eu acho que que foi o primeiro incômodo meu, porque o PPCAM é um programa da política de direitos humanos, então quando ela não é simplesmente adolescentes que estiveram, que estão em situações de violação de direito, violência, então não chega no público da assistência essa proposta, pelo que eu estou compreendendo, não chega porque esses adolescentes tiveram os direitos violados e chega porque são adolescentes que estão em acolhimento institucional e que sofreram alguma ameaça. Não? (...) Pois é. Então eu queria só uma maior elucidação de quem é esse público? Porque a gente não está falando de uma política pública de direitos humanos e aí a gente está recebendo e está sendo alocada uma ação para assistência social de uma outra política. Então eu fiquei em dúvida ainda. Então não me foi esclarecido. Então, essa primeira questão que é o público, né? E outra coisa que eu não sei se você vai conseguir responder ou se alguém do FEAS vai conseguir me responder porque a gente acabou de aprovar a LOA e a LOA e a Rede Cuidar, era uma janela orçamentária em 2023. Como que aconteceu a execução a partir do PPCAM a partir da Rede Cuidar de ela é uma janela orçamentária? Eu fiquei um pouquinho confusa nesse ponto, então não sei se é você que vai me responder, mas só vou guardar aí a resposta. Mas eu também tenho uma pergunta pra você também. E aí, pra SEDESE, a LOA 2024, a Tatiana falou que está previsto para 2024, 792 milhões e eu queria saber em qual ação está essa previsão, porque como ela não foi (...) 792 mil, quem dera, né? Aí a gente tava feliz, a gente tava nem discutindo aqui, né? Mas é só pra entender que ação que vai, porque é só pra lembrar que a LoA não foi passada, não passou por aqui da minha memória já tá ruim e ainda eu não consegui compreender. E aí é só fazer uma (...) Tatiana também comentou que é sair de uma lógica de programa, que é a defesa que a gente faz enquanto assistência social, para ter serviços, ou seja, serviço continuado. Então, a proposta da SEDESE a isso é criar um serviço para esse público e aí eu preciso entender esse público também, pra entender a lógica da assistência. Então, esse é um primeiro ponto que eu acho que é isso que você vai poder conseguir responder. A outra questão é a seguinte: infelizmente, isso a gente pode dizer aos colegas aqui que estão na ponta, infelizmente, ter CAPS não é garantia de atendimento de saúde mental, principalmente na relação com a assistência social. A gente tem muita dificuldade nessa interlocução com a saúde mental nos nossos municípios, sabe? A gente entende, eu atendi a população em situação de rua e é um sacrifício muito grande pra essa compreensão. Então eu acho que a gente precisa amarrar um pouco melhor essa questão do atendimento em saúde mental, porque é aí entender também quem vai fazer o acompanhamento, porque o PPCAM quem faz acompanhamento é a equipe que vocês estão até que se apresentaram, na unidade de acolhimento quem faz a unidade de acolhimento e quem faz essa interlocução é a unidade de acolhimento, junto com o sistema de saúde? Que já a gente já precisa amarrar um pouco melhor isso porque eu imagino que vocês também têm essa realidade mesmo sendo do estado, da dificuldade de contato e dessa interlocução entre saúde, a educação é mais fácil, mas na saúde a gente tá bem difícil, né? 00: Tá. Eu vou falar um pouco sobre a metodologia do programa, que lá na questão contém algumas das perguntas que você fez, né? **DONA ARLETE:** Desculpa te interromper, é que eu quero pedir pessoal para contribuir, né? Porque tá muito ruído e a gente não está compreendendo e logo após da sua resposta, a doutora Paula diz que quer contribuir, respondendo também essas questões. 00: Eu vou falar um pouco então, como é a metodologia do

programa, qual é o funcionamento pra poder responder um pouco dessas questões. (...) E aí, se eu ficar devendo alguma coisa, meus colegas vão implementando, tá? Eu queria só dizer que esse ano o programa de proteção ele tá fazendo 20 anos de programa, então é um programa que começa em Minas (...) então é um programa de longa data e esses desafios são os desafios postos ao programa desde o seu início (...) Então, em um primeiro momento, quando o programa recebe a ficha de pré avaliação e a gente vai até o município para poder avaliar se é um caso de risco iminente de morte, existem algumas possibilidades, então, de acompanhamento durante essa entrevista a gente vai chamar a rede de serviços, família, família extensa, todos os atores que são importantes para essa avaliação. Nessa avaliação, sendo risco iminente de morte identificado, a gente vai priorizar sempre que o que a criança e o adolescente seja incluído no programa com sua família. Isso só não é possível quando o adolescente, já está em risco iminente de morte dentro de um acolhimento institucional. Então, o menino está acolhido e ele, lá no município, sofre alguma ameaça, se ele não tiver em vias de retorno para a família, se não tiver como o retorno mesmo para o grupo familiar, ele vai ser incluído nessa modalidade. Se a família, ela não adere ao programa, é feita uma proposta para o adolescente ser incluído também nessa modalidade individual, porque? O nosso trabalho é que o adolescente ou a criança fiquem vivos. Porém, a gente não tem como obrigar a ir para o programa, nosso trabalho, nosso programa é voluntário, ou seja, só entra no programa de proteção aquela família que quer entrar no programa, o adolescente que quer entrar no programa. Então acho que esse é o primeiro ponto. A gente esgota todas as possibilidades de família, família extensa, porque a gente sabe quais são os desafios que a gente vai enfrentar quando tem um acolhimento, quando ele tem que ser incluído num acolhimento institucional. Então esse é o primeiro ponto. É quando a gente não tem outra saída. Essa fica sendo a única saída para aquela, para aquela criança, aquele adolescente. Então a gente só faz a proposta quando não tem uma outra possibilidade, quando a gente já investigou com todo o grupo familiar, com a rede de serviços e esse fica sendo a nossa única, nossa única possibilidade de oferta. Tendo dito isso, a gente vai então verificar qual o município que vai receber, né? É importante dizer que a gente sempre prioriza levar o adolescente ou a criança, ou a família para o município, que a gente entende que vai atender a essas especificidades do caso. Então, quando a gente tem mais possibilidades de acolhimento institucional, a gente consegue ver qual o acolhimento que vai atender de forma mais eficaz, se é uma criança ou um adolescente que tem uma questão da saúde mental, se precisa de algum tipo de atendimento que ele tem que priorizar. Família é a mesma coisa. Se é uma cidade de médio porte, de grande porte, a gente tenta manter aquilo que é possível para que a família sinta da melhor forma possível essa mudança, que é bem raro de ela não sentir em geral e causa realmente assim um sofrimento para a família essa mudança e não é diferente para a criança e para o adolescente, quando ele às vezes tem que sair da sua família e ir para um acolhimento institucional, isso vai trazer desafios tanto para o acolhimento institucional quanto para a equipe do PPCAM. Estando já no programa e a gente fazendo essa transferência de município, a gente prioriza fazer a construção do PIA junto com o acolhimento institucional. A gente tem o nosso próprio PIA, porque a gente precisa trabalhar algumas questões de segurança que não são elencadas no PIA do acolhimento, mas a gente tenta casar isso e orientar a equipe dentro daquilo que foi a ameaça do adolescente, entendendo que quando ele sai do município dele, ele deixa de estar ameaçado e passa a ser uma criança que precisa ser inserida naquele município ali, como qualquer outra criança, adolescente, munícipe. Então o trabalho vai ser de reinserção social. E aí quando a gente tem a possibilidade de que tem um grupo familiar que ficou, o programa dentro da metodologia, a gente trabalha com algumas possibilidades na tentativa de que não se perca os vínculos familiares, que é a triangulação de ligações, manter um contato mínimo por telefone e a gente tem uma possibilidade de encontros familiares, que aí é a possibilidade que o programa tem de levar a família e o adolescente ou a criança para um local neutro a sua ameaça e possibilitar que eles tenham um momento de convivência. Isso também está dentro da nossa metodologia, a gente constrói junto com os acolhimentos institucionais essa possibilidade. Sempre que possível, inclusive a gente teve casos recentes assim, a gente vai tentar fazer sempre esse resgate da convivência familiar e quando é possível, a gente pode fazer a mudança de modalidade, supondo: o menino ficou em ameaça de morte numa cidade e aí a família não quis acompanhar e ele é

levado para outra através do acolhimento institucional. Durante o processo de acompanhamento, a gente identifica no encontro familiar, nos contatos telefônicos, que essa família tem repensado essa entrada no programa. Isso é possível. O programa reavalia e é sempre priorizado o retorno da criança adolescente para sua família. A gente só não vai fazer isso quando não tem essa possibilidade, que aí já são as questões da perda do poder familiar, né? As outras questões da legalidade, quando é possível, a gente vai sempre trabalhar junto com a equipe de acolhimento. Quando a gente faz as ligações, a gente fala que é triangulação, porque não passa nem pelo telefone do acolhimento institucional, a não ser em casos que isso não vai expor o acolhimento, mas em geral é feito pelo próprio técnico e é feito de forma muito segura. Eu deixei de responder alguma coisa? O acompanhamento é feito pelas duas equipes, o programa não leva e deixa o menino lá e não volta mais. A gente faz acompanhamento sistemático no local e também via telefone. A gente vai até as instituições e a gente faz o acompanhamento, a gente mantém grupos de WhatsApp que a gente troca. A gente pode ajudar a mobilizar a rede de serviços quando a gente acha que é necessário, quando isso não vai expor o adolescente ou a criança a uma situação vexatória. Então, assim, aquilo que é possível construir para o acompanhamento, a gente faz. E aí o acompanhamento da equipe já é feito pelo pela SEDESE. Uma outra dúvida que eu não sanei? Eu acho que eu passei pelos pontos. A saúde mental ela é um desafio, eu não vou dizer que não é, mas é claro que quando a gente tem um CAPS e isso é fundamental, a gente percebe com o andamento do caso, assim como qualquer serviço que tem criança adolescente precisa do CAPS, esse programa não é diferente, a gente precisa também que tenha e aí eu acho que isso é critério de desempate na hora que a gente for fazer o levantamento das datas das instituições, porém, uma realidade que a gente tem hoje é de que nem todo município tem CAPSI, então o que a gente tem garantido é que a criança e o adolescente eles têm o atendimento do CAPS quando não tem o CAPSI, se de alguma forma ele seja atendido pela saúde mental. Mas isso não é um desafio apenas do público do PPCAM, isso é um desafio de toda criança e adolescente que tem algum tipo de sofrimento mental, né? Então são aí essas lacunas das políticas públicas que a gente tem que lidar com elas, não só os municípios, né? Infelizmente o programa não é diferente. E aí, lutando sempre para que isso se forme, que a gente consiga garantir qualidade para toda criança e adolescente. **DRA. PAULA DOMINGUES:** Boa tarde todos e todas. Eu sou a Paula Domingues, do Ministério Público, do Centro de Apoio e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Quero agradecer o convite para poder participar aqui hoje dessa discussão com vocês e eu queria assim iniciar a minha fala falando a mesma coisa que eu disse pra CIB na segunda-feira. Acho que foi o dia que a gente teve reunião lá. Eu acho que quando a gente delibera políticas de PPCAM de adolescentes ameaçados de morte, a gente está falando aqui de um público extremamente pequeno, um público extremamente reduzido. Nós estamos falando assim, da exceção, da exceção, mas ao mesmo tempo é de uma temática extremamente relevante. Nós estamos falando aqui da vida e da morte de pessoas e da vida na morte de jovens e adolescentes. Se a gente for acompanhar aí os anuários de segurança pública, a gente vai ver que o número de adolescentes e jovens mortos só vem aumentando e esses poucos jovens que chegam até programa, porque infelizmente, os que chegam até nós são uma minoria, eles precisam de fato de um atendimento que seja um atendimento célere e que seja um atendimento efetivo e protetivo, porque isso não é você entregar o adolescente nas mãos do Estado, não estou falando do Estado de Minas Gerais para no Estado de forma geral, o poder público é ver também o Estado incapacitado de executar a proteção deles. E eu estou dizendo isso aqui porque nós já passamos por isso, nós já enfrentamos e nós temos enfrentado isso ao longo dos últimos anos, antes da Rede Cuidar ter acolhida antes do Estado ter utilizado a Rede Cuidar com uma política de atendimento aos adolescentes e jovens nos acolhimentos, nós tivemos vários e vários casos de adolescentes que permaneceram nos locais de risco pela falta de política pública do Estado. E aí eu acho muito pertinente as perguntas que estão sendo feitas aqui, extremamente pertinentes, da Gabriela, da Grazi, parabéns, inclusive as que estão tomando posse agora recente da eleição ou não, até porque você estava lá no dia da eleição, mas eu acho extremamente pertinente, assim como que esse público chega na assistência, mas esse público chega na assistência da mesma forma como eles chegam na saúde, da mesma forma como ele também tem que ser inserido na educação. Quando esse menino é retirado do seu local de

origem, tem toda uma rede de atendimento de políticas públicas, vai ter que acolher adolescentes e até mesmo trazer no meio do acolhimento. Estou falando do que tem que receber esse adolescente em outro município, vai ser uma vaga na escola e vai ser uma vaga no atendimento da saúde e, eventualmente, nos pequenos casos em que precisarem uma vaga também no acolhimento pela assistência e quando não acontecer pelo acolhimento da assistência, vai acontecer pelo CRAS, vai acontecer pelo CREAS, essa família vai ser inserida, vai ser inserida ali no serviço de assistência, de uma forma ou de outra, porque nós estamos falando de uma população que é vulnerável, em primeiro lugar, extremamente vulnerável. Nós estamos falando de uma população que é esses meninos, alguns deles já estão nos serviços de acolhimento, na verdade, só mudam o seu serviço de acolhimento, tem que ser tirado dos meios de acolhimento no qual estão e alterados nesse serviço e outros deles, outros desses adolescentes, eles são incluídos no serviço de acolhimento, exatamente porque as relações ali, os vínculos com a família já estão extremamente esgarçados, porque são adolescentes também, que estão e que muitas vezes estão nas ruas que estão envolvidos com a criminalidade, ao mesmo tempo que você não tem uma medida, alguns deles são e são saem das unidades de internação, dos serviços socioeducativos durante o tempo que eles estão ali no serviço educativo, o programa não atua, mas na medida em que eles saem, seja da unidade de internação, seja da de semiliberdade, o programa se vê ali, naquele momento de reinserir aquele adolescente em outros locais. Então, se nós estamos realmente de uma situação que é completamente desafiadora para toda a rede, são todos os serviços trabalhando em conjunto, mas em se tratando aqui especificamente do serviço de acolhimento de assistência, então ele entra porque ele já está em outro serviço ou porque a família já ali praticou um abandono no momento em que esse menino precisa de sair de seu local de origem para assegurar a vida dele e a família, não adere ao serviço, não adere ao programa PPCAM mas o menino adere, o menino fala Eu quero entrar, que foi aquilo que o que o programa disse o serviço é voluntário. Então são nessas circunstâncias que o Estado tem que falar assim, se você quer, eu vou te assegurar proteção e a única forma que você tem de assegurar a proteção de um adolescente fora da sua família, é através do serviço de acolhimento. Então essa iniciativa está acontecendo agora, por parte do Estado, de tornar isso um serviço, tem sido, na verdade, uma demanda, acho que posso colocar assim, não só do Ministério Público, mas do Conselho Gestor do PPCAM de forma geral. O PPCAM tem um conselho que é integrado pelo Ministério Público, pela SEDESE e pela Secretaria de Direitos Humanos nota dez. Tanto surdas quanto a Subsecretaria de Direitos Humanos, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça. E a gente vem pautando com o Estado a necessidade de pensar de fato num serviço que seja mais efetivo. E é como a Tatiane disse, quando você define uma política de identificação de vagas e de cofinanciamento de vagas, a gente resolve um dos problemas. A gente não resolve os problemas. Nós temos outros problemas, que é como que esse adolescente vai chegar ali, qual é o fluxo do serviço de justiça e o fluxo da justiça? Nós temos resistência, geralmente tem receitas da rede, a gente tem resistência do sistema de justiça também. Juízes e promotores. Para onde esses adolescentes vão? Porque esses adolescentes, eles trazem consigo uma carga, né? Mas eu acho que assim é uma questão de é um papel aqui de proteção de direitos e proteção da vida na nossa forma de proteção da vida e em primeiro lugar. E aí, depois de todos os outros direitos que que vão, que devem ser assegurados, mas que não podem ser assegurados se a gente não tem esse primeiro? Então aqui eu acho que é esse que é o pleito e é essa que é política que se coloca. Nem a relevância da política que se coloca hoje aqui em discussão mim agora é Patrícia Paz não sou eu, é Patrícia, depois é Cláudia, depois e depois, enfim. E eu. Então vai chegar a pergunta. Patrícia, Essa é a paz. Primeiro eu tenho que parabenizar, ceder e até mesmo para com a equipe de direitos humanos, porque isso é um programa muito importante para salvar a vida dos adolescentes e crianças nessas medidas. Eu creio que as meninas queriam perguntar no sentido de recursos financeiros, na questão que sai muito da assistência. Mas qual é o recurso financeiro e de direitos humanos? Entendo que todo esse processo, porque eu acho que dá a impressão que sai tudo da assistência. Só que é um projeto, é um programa que realmente necessita de continuidade. Eu acho que tem que ser contínuo realmente, que a gente não pode parar o apoio de 01h00 para outra. Esse menino precisa ser protegido, é lógico. Deve estar sendo feito um trabalho com esse menino também de reintegração de retorno. Ele sai de um município, vai pra

outro, ele também vai retornar de uma forma. E aí é esse todo o trabalho que eu acho que deve ser mais intenso. Parabenizar, porque é um serviço que eu acho que está em políticas públicas integradas e eu tenho na instituição, tem serviço de apoio institucional e trabalhar com as políticas integradas é a coisa mais difícil e o maior desafio que as entidades de acolhimento institucional têm. E eu acho que, como a gente já vê que já nasceu de uma integração, isso facilita o processo né? E aí eu queria saber mais dessa questão. Assim sai o recurso financeiro da assistência e a outra parceria em relação a direitos humanos também, porque a gente sabe que a Secretaria de Assistência Social é a secretaria que menos tem recursos financeiros, é aquela que trabalha com toda a população vulnerável, né? Não estou aqui questionando o programa que eu acho que ele é necessário. Eu acho que tem que parabenizá-lo mesmo, até mesmo pela pelas equipes. Trabalho realizado. Eu conheço a gente uma vez, quase recebeu um pouco por erro, só por causa do nome da instituição que a gente faz. Recebeu um e na época foi um monte de televisão a par do acolhimento educacional. Isso trouxe pra gente um problema muito grande e não tinha nada a ver com a gente. Então acho que o sigilo é muito importante também. A família precisa ser continuada continuamente, acompanhar. E a gente está falando de laços de convivência também, de integração, de inserção social e de vida. Então eu queria saber essa questão se que também é uma questão, envolve a assistência, é um recurso, mas direitos humanos. Eu acho que é um trabalho contínuo, que tem, que a gente não pode fazer coisa baixa. Eu vou só responder nas colocações que a gente vai seguir na ordem aqui da das inscrições. E em relação ao recurso crase, crase e Patrícia, a SDH, ela é gestora, está na semana passada sobre o programa de proteção. Então, todo o custo de um programa de proteção que não é um custo baixo e a equipe técnica deslocar ela manter em parceria com uma OSC para que o programa de proteção seja executado. Então tem recurso federal estadual no âmbito do da Subsecretaria de Direitos Humanos para execução do programa, agora para execução do acolhimento e de fato é uma rubrica da subbase, porque é o acolhimento e é das suas. Então, mas como a Patrícia disse, é uma política que ela já nasce com a necessidade de integração. Não tem como programa de proteção, executar a proteção se não se tiver unidade de acolhimento, então a gente tem que trabalhar e conjuntamente, é qualquer uma das pastas aí que falta, que falta recurso. É um problema. A gente já teve a interrupção do programa de proteção em determinados momentos, por questões de convênio, de parceria, e aí foi um transtorno. A gente já teve a não oferta pelas subas de pela assistência dessas vagas de acolhimento, que também foi um problema pro programa. Então a gente só consegue executar se tiver o programa funcionando e a unidade de acolhimento apta para receber. E é o que que houve sempre uma discussão. **TATIANE:** (...) o serviço é municipal e aí quando ele recebe de fora, vinha essa demanda. Mas o Estado não vai fazer algo em prol do município para fortalecer essa rede, para para ajudar. Então, por isso que a gente traz essa corresponsabilidade que é nossa enquanto estado, se ele está saindo do seu município e indo pra outro, não é uma responsabilidade só do município, é uma responsabilidade compartilhada. Então, nesse sentido, aí, aproveitando, só que entra nessa pauta de orçamento a ação que está 4430 na ação da alta complexidade, tá que está alta complexidade. Ação 4430. (...) **ISAAC DOS SANTOS:** Primeiro, parabéns a Secretaria de Direitos Humanos que está conosco, acho que nesses dois anos que estou, à primeira secretaria que vem tentar entabular esse diálogo. Primeiro pensar que em 2024 esses sete, os 792.000 que não existiam, já que vinha de um fundo da loteria, ele apareceu aqui para a LOA de 2024 e que bom saber que o estado entendeu que isso é prioridade. O tratamento com criança e adolescente é muito difícil a gente alocar esse recurso. Dentro dessa linha para lá, para os novos conselheiros que vão continuar, esse curso vai entrar no FEAS, para a gente ter um controle de como é essa execução. Me preocupa muito quando a criança sai, por exemplo, de lá de Teófilo Otoni e vai para Montes Claros, porque está em risco iminente de morte e quando chega lá em Montes Claros, quem está lá? Qual é a equipe que está dando esse apoio? Qual é a rede que sustenta ele? Considerando que a família ficou no município de origem, então a gente precisa desenhar esse fluxo dentro da assistência social para que a gente tenha um resultado mais positivo. Recentemente, no meu município a gente tem duas, teve duas, dois adolescentes que saíram do Centro Sócio Educativo, voltaram para o município e vieram a óbito em questão de uma semana. Não tem notícia de que chegou o PPCAM para eles ou a possibilidade. Isso é gravíssimo. E se não tem um mês gente no

município e a gente precisa dar mais publicidade para as políticas locais da existência desse programa. O terceiro ponto que eu gostaria que me esclarecesse que eu não entendi, quando você fala de acolhimento institucional, eu estou entendendo aquele serviço de acolhimento de criança adolescente que tem lá no meu município. Então, essa criança que está em risco de morte, eu queria entender como ela chega no serviço de acolhimento assim e aí ela tá em risco de morte, não pode ficar no seu município de origem, não tem família extensa e eu não consegui chegar a esse produto final não sei seu nome. Então alguém poderia me esclarecer, por favor. (...) não, preciso que alguém me responda. **FREDERICO:** Oi gente, licença, eu sou o Frederico, eu sou assistente social no PPCAM. Eu queria trazer algumas coisas, elucidar algumas coisas do programa que acabam respondendo e aí ou então nas perguntas da colega aqui. O programa de proteção, como a Juliana explicou, é um programa que ele é executado no estado de Minas Gerais, só que ele é um programa de cunho nacional. Hoje ele é executado em 19 estados, 18 estados, além de Minas Gerais. Então, quando a gente identifica, e aí eu falo a gente, a gente mesmo, a equipe técnica vai até o município ou está aqui em Belo Horizonte, que seja e aí nós identificamos que é um risco tão grande que aquele adolescente, aquela criança, não pode ficar num território nem tão próximo assim, dentro do estado, a gente solicita uma transferência estadual e esse adolescente ele pode para um outro estado. A gente aciona o núcleo técnico federal que fica lá em Brasília e aí nem a gente tem acesso qual Estado, que essa criança ou até essa família vai. Nos casos, como a colega falou, olha como chega um adolescente, uma criança ameaçada de morte num acolhimento institucional? Bom, isso é inconcebível, né? A gente trabalha com a defesa de direitos, deveria ser inconcebível, a gente tem que ficar assustado mesmo, a gente tem que se impactar, mas infelizmente acontece. A maioria dos nossos casos chegam pela incidência das violências urbanas, pelo tráfico de drogas, né? Mas podem chegar por diversos aspectos. Mas uma vez que aquele adolescente, aquela criança, ele está de fato ameaçado, já não há mais o que fazer. Aquela rede ali também, gente, a rede do município, geralmente ela é uma rede sagaz ou uma rede que está acostumada a acionar o programa, infelizmente não é a maioria dos municípios que nos acionam, mas os que a acionam estão acostumados, eles sabem como é que é o trâmite. Então todos os, Juliana até disse sobre isso, tudo o que poderia ser feito, todo o aparato de proteção que a rede socioassistencial poderia oferecer, já foi ofertado e já não há mais estratégias de proteção para lidar com aquele adolescente. Então o adolescente, ele está ali no acolhimento institucional, mas no caminho da escola, até na própria escola ele tem envolvimento, às vezes com o tráfico de drogas, ou ele simplesmente olhou para a namorada de um traficante, ou aquela adolescente teve um envolvimento com um cara que é traficante, com um bambambã ali da cidade e a namorada oficial ameaça ela de morte. É uma família frágil, é uma família que não tem, um tio que mora no Espírito Santo, não tem um tio que mora em Governador Valadares e ela realmente está ameaçada de morte. E é uma vida tão frágil, uma vida que é jogada fora com tanta facilidade que aquela, aquela ameaça, ela vai se concretizar se a gente não fizer algo, aí entra o PPCAM. Quando esse adolescente vai para um outro acolhimento, ele não chega uma ameaça de morte, ele chega um adolescente fragilizado, um adolescente que precisa de cuidados, um adolescente que vai precisar de acessar a rede como qualquer outro, né? E aí eu vou voltar lá no CAPS, eu acho que é importante a gente está dizendo. É uma dificuldade mesmo, mas a gente tem encontrado saídas em parceria, muitas vezes o PPCAM, chega em um território e a gente acaba ajudando aquele território a tecer uma rede, porque os pontos estão ali e aí a gente ajuda a conectar, às vezes de uma dificuldade em meses de acessar o CAPS e tal, não que a gente é salvador de alguma coisa, mas ajuda, provoca muitas vezes. Então assim, tem muitos desafios. Não é fácil, sabe? Mas a gente sempre conta com vocês, conta com as redes dos municípios de origem para acolher esses adolescentes, dos municípios de destino também e para nos acolher enquanto programa, para construirmos juntos uma proteção eficaz para esses que estão precisando. E eu acho que estou conseguindo responder se ficou alguma coisa, meus colegas vão ajudar também. Gente, obrigado. **TATIANE:** Só ficou uma pontinha aqui da Kariny que a gente não respondeu. A gente não está criando serviço novo, serviço de acolhimento para criança adolescente. A gente está cofinanciando um serviço do município que tem o serviço. Então as unidades são as mesmas que já existem no município e o estado entra com um cofinanciamento. (...) Não, também não é de 12

meses. É um cofinanciamento continuado, por isso que a gente tá rompendo com a Rede Cuidar. A Rede Cuidar era 12 meses. Então a gente vai fazer um cofinanciamento para o município, que foi elegível de R\$ 3.000 por mês para uma reserva de vaga, independente de ter adolescente ou não acolhido o município e receber, ele vai poder gastar com aquele serviço, com aquela unidade de acolhimento que que foi indicada por ele. Se tiver adolescente acolhido, vai ter um adolescente, aquele adolescente sai e vem outro adolescente, mas ele sempre vai ter que ter essa vaga disponível. Pensando nessa urgência, de podermos encaminhar quando for necessário. **DRA. PAOLA DOMINGUES:** Só em relação a essa questão de como que o adolescente chega, ele chega da mesma forma como os outros adolescentes, no sentido do acolhimento, vai ter uma decisão judicial que vai definir que vai aplicar a medida protetiva de acolhimento para aquele adolescente, aí o adolescente é transferido para aquele município onde a vaga está disponível e foi identificada pelo Estado. Então, é uma medida judicial também, continua tendo um processo da mesma forma como todos os adolescentes e crianças com acolhimento tem um procedimento, tem um PIA, esse adolescente também vai seguir o mesmo rito, o mesmo procedimento. **RODRIGO ASPROM:** É isso que eu ia falar, doutora. Porque lá no nosso município, Uberaba, na comarca nossa, nós trabalhamos assim no sistema de garantia de direitos da criança adolescente é uma engrenagem, como Dr. Murilo coloca lá todos esses equipamentos de assistência, saúde estão interligados, sistema de justiça também. Então, quando a essas situações, todos esses atores, eles se unem ali na construção do PIA, na definição de onde que vai entrar cada serviço para apoiar aquela situação de acolhimento ali. E é nas instituições que a gente já tem no município, no caso, a gente tem quatro lá, se um município for elegível, ele pode vir a ter uma ou duas vagas, não sei, em cada acolhimento. E é importante pontuar essa questão que a senhora falou o que eu queria dizer, que a senhora explicasse um pouquinho mais, o prazo, porque a gente sabe que a medida protetiva de acolhimento de criança adolescente tem os prazos e que depois pede, vai para adoção, guarda e tal qual qualquer prazo mínimo para esse essa criança adolescente permanecer no programa? Não é *ad eternum*, ele também entra nas audiências concentradas da comarca? Passa a ser um adolescente ou uma criança da comarca. No caso de Uberaba, e toda e qualquer situação, nós vamos, enquanto instituição, ou município nos respaldar junto a Vara da Infância da nossa comarca ou não? Então, queria que se falasse um pouquinho mais sobre essa questão mais judicial da vida judicial dele. Obrigada. (...) **DRA. PAOLA DOMINGUES:** Esse adolescente entrou no acolhimento, ele vai seguir, como eu disse, nessas mesmas regras. Então as audiências concentradas devem continuar sendo feitas? Devem. Mas eu acho que é o que um dos membros da equipe do PPCAM disse, enquanto o adolescente está acolhido, outras ações têm que ser pensadas fora do acolhimento, seja no sentido de sensibilização da família para eventualmente, com maior prazo, conseguir sair daquele município e se mudar para um outro município que seja também avaliado como protegido, porque quando a gente vê nas situações, na prática, a gente vê assim a família não vai porque um dos membros é, por exemplo, o servidor público daquele município. Então, assim, a renda que aquela família tem é daquela pessoa que trabalha, por exemplo, na limpeza urbana, ou que é guarda, vigia noturno, de algum local. Então é assim, é difícil para aquela família sair daquele local e em outras circunstâncias eles pensem aquela casa, eles falam poxa, se eu sair dessa casa, eu vou perder quem vai ficar tomando conta dessa casa? Então às vezes sair de forma muito assoberbada, assim como tem como se a demanda no PPCAM, é difícil, mas você consegue fazer depois um planejamento de saída daquela família. Muitas vezes isso pode acontecer, que é isso que a equipe estava falando. Então a ideia não é largar o menino lá e falar assim Olha, o menino vai ficar aqui por um tempo indeterminado, inclusive porque pode acontecer do próprio adolescente de em um determinado momento falar assim Eu não quero mais continuar incluído no programa e daí ele sai. Mas é importante, é muito pertinente essa pergunta, porque como o programa durante o período, o tempo que o menino está acolhido, a gente sempre usa o menino, né gente? Mas aqui o menino é muito mais acolhido que a menina. Mas também tem as meninas. Mas o tempo em que o adolescente está acolhido e ele está também incluído no programa, essa é essa triangulação, né? Como eles dizem, ela vai ter que continuar acontecendo, tem que acontecer o cuidado imediato vai ser feito pela rede de atendimento do local onde ele está. Agora, tem que haver sim uma referência ou uma outra referência com o município de origem pra que essa, mas

isso não pode ser feito diretamente, porque senão tira o sigilo e isso vai fazer e precisa ser feita via programa para que essa família continue sendo sensibilizada, trabalhada a tentar. Ou pode ser que em qualquer momento a ameaça cesse, porque o ameaçado pode ser preso. O ameaçador também pode morrer, porque eles estão ali num movimento de muita violência. E aí identificou a violência cessou, o menino voltou. Então, são várias circunstâncias, agora, é um atendimento que é um pouco diferenciado? É um pouco diferenciado, mas ele vai ser tratado dessa forma e as audiências concentradas? Eu acho que elas têm essa, essa finalidade de avaliar também o momento em que a situação está acontecendo, que medidas que foram feitas, que medida, que intervenções foram feitas com a família, se estão surgindo outras oportunidades, outras possibilidades e, em última instância, o adolescente vai ter que ser, vai ter que ter trabalhado a sua autonomia pra eventualmente ser desligado do acolhimento aos 18 anos. Agora os prazos são os mesmos, o prazo é até 18 meses, podendo ser prorrogado caso não seja possível, da mesma forma como acontece com os adolescentes ou com os demais, as demais crianças, adolescentes. **DONA ARLETE:** Gente, nós temos 15 minutos, cinco inscrições e aí a gente vai precisar ser célere a partir de agora. (...) Nós temos Gabi Sabrina, Silvestre, Grazi, Baião e Erika. **GABRIELE SEDESE:** Eu acho que eu tô até contemplada, vou falar rapidinho, a Tati já até esclareceu, com relação ao orçamento ano que vem eu até coloquei isso no momento pedido de vista da LOA, fiz esse destaque então na ação 4430 da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, além de cerca de 11.000.900 para o programa Casa Lar, para financiar as parcerias para pessoa com deficiência tem um valor lá de 792.000 de fonte 10, Recurso ordinário do Tesouro Estadual para essa finalidade que a gente está propondo aqui o critério de partilha elegibilidade. O que o que eu ia sugerir assim, na verdade, eu estou muito feliz com as discussões, eu acho que está sendo uma discussão rica e é um tema dessa mesa que a gente precisa aprofundar. Eu vejo como um ganho. Eu acho que a Tati explicou muito bem o contexto, como que o Estado vinha lidando com essa questão. Então, assim, é uma muito precária solicitação de vaga para município, sem nenhum aporte. Então a gente não está dizendo que isso vai resolver o problema, que é muito dinheiro, que vai aprimorar o serviço de acolhimento como um todo, mas é um passo nas 22 unidades, se a gente alcançar 22 unidades, a gente vai ter um recurso ali de R\$3.000 mês, R\$36.000 ano, independente se eles vão receber o acolhido da PPCAM ou não, eles vão receber esse repasse para utilizar no serviço de acolhimento, casa lar ou abrigo para a criança adolescente. Então eu vejo como um avanço da gente o que a doutora Paola falou, a gente tá falando de criança, adolescente, pública, de proteção integral, sem vínculo familiar, comunitário. Então precisa do serviço de acolhimento para poder, enfim, evitar a morte. Então a gente está falando realmente de um público mais do que prioritário. Eu ia sugerir assim eu sei que tem mais inscrições, mas pelo menos na CIB funcionou muito melhor assim. Quando a gente fez a leitura da resolução, apareceram mais dúvidas, porque aí é isso o texto da resolução ele já traz elementos que a gente começa a entender melhor como está sendo planejado a execução desse recurso, desse repasse para o município. Então eu ia sugerir se a gente conseguisse fazer a leitura do texto da resolução. Eu acho que vai elucidar mais dúvidas também. **DONA ARLETE:** Mas de todo modo, nós temos aí quatro inscrições e vai depender dessas pessoas se elas vão tirar essa inscrição para a gente encaminhar para a resolução. No caso, Silvestre, Grazi Baião e Érica. (...) **SILVESTRE:** Eu prometo que vou ser breve e rápido. Primeiramente eu gostaria de parabenizar por essa oportunidade que nos foi proporcionada, nós conselheiros, tomarmos conhecimento dessa complexidade toda que isso exige e também dizer que eu fico feliz que o Estado está voltando os olhos para uma situação tão crítica que existe aqui dentro. A segunda questão é que eu já fui contemplado quando a Dra Paola, falou sobre os procedimentos posteriores à internação da criança. Eu estava curioso quanto a isso. E quero também saber se essa demanda de tempo, a partir do momento que ficou claro a situação da criança até a internação dela, que seja até num outro estado ou outro município. Qual é a demanda de tempo que leva para se fazer isso? É longo? Para decidir onde é que ele vai ficar, se é o município aqui, se é São Paulo, se é a exigência do caso dele, exige essa complexidade toda. Qual a demanda de tempo para decidir o que vai ocorrer com ele? **GRAZIELE CACHAPUZ:** A dra Paola ela trouxe uma informação que eu não lembro de ter lido na resolução e nem na apresentação que são os egressos do sistema socioeducativo. Então eu queria compreender, por

exemplo, de um egresso, como ele informa na unidade socioeducativa, que ele não pode voltar para o município dele, que ele está em situação de ameaça e aí ele está prestes a fazer 18 anos. E como que é essas situações de alguém que algum egresso desse contexto que acabou de sair do sistema, está saindo do sistema socioeducativo mas está prestes a completar ou completou 18 anos, se o programa também atende a esse, a esse jovem e é essa a minha pergunta, porque eu não vi isso na resolução nem na resposta, que você trouxe na sua fala. **TATIANE:** Pode responder? Acho que o programa de proteção pode falar desse tempo, dessa análise, que é qual é o tempo que vocês levam, foi a pergunta do seu Silvestre e essa questão também do do acolhimento de egressos do sistema socioeducativo. Pode falar? (...) A gente pensando que a gente está recebendo um pedido de um adolescente ou de uma criança que está ameaçado de morte. Como é feita essas solicitações no programa a priori, elas chegam por e-mail? Não. Elas chegam por e-mail, através do Conselho Judiciário, Ministério Público e aí essa solicitação é passada para a coordenação do programa, que já direciona para a equipe técnica, né? E o que a gente faz? A gente faz um contato com essa porta de entrada para entender o contexto do caso, a situação familiar, se for preciso a gente já mexe com o estudo de caso, né? A princípio, assim, aqui vamos supor Belo Horizonte e região metropolitana, acaba que a gente consegue fazer um atendimento mais rápido. No interior a gente demora um pouco mais, mas o mais rápido possível, e a gente vai fazendo uma avaliação junto com essa porta de entrada. É possível uma alternativa, uma alternativa familiar ali e alguma coisa até o programa chegar? O que é possível construir com a segurança pública? É possível um acolhimento aí de maneira imediata? A gente às vezes não tem penas para fazer isso, mas a gente já conseguiu atender um caso de um dia para o outro, por exemplo, que não tinha alternativa, um caso muito grave. Então, assim, e aí a medida do ponto que a gente vai, a gente se desloca até o local para fazer esse primeiro atendimento. A gente tem um prazo para a gente fazer essa avaliação, porque envolve muita coisa, gente, a gente sensibilizar uma saída de uma família, de um local assim, abandonar tudo. A vida dela toda tem. Tem um familiar que trabalha, tem questões assim às vezes do imóvel, tem família que é isso e ela tem medo de perder o imóvel, tem família que quer alugar o imóvel. Tem várias questões aí que a gente conta pra porta de entrada pra ajudar a gente resolver. Mas tudo tem um cálculo de cada situação específica, sabe? Mas a gente tenta ser o mais breve possível nessa situação. E aí, sobre a questão do egresso do socioeducativo, esse é um público que são bastante, dos nossos casos de inclusão, porque geralmente o adolescente gerou uma situação de ameaça em função daquele ato infracional cometido. Tem homicídio, tráfico de drogas e principalmente os adolescentes que vem do interior geralmente eles não podem retornar para aquele município. Então o que é feito com o judiciário, Geralmente que é a porta de entrada desses casos que estão no socioeducativo. E aí o que eles fazem? Eles aí eles fazem o uso, o Judiciário na equipe técnica da unidade, eles fazem assim uma reunião com a rede local quando adolescente, ele diz dessa ameaça, primeiro o sócio vai tentar entender junto com o Judiciário. Aí, quando chega até a gente, geralmente mais próximo do adolescente ser desligado da medida, um prazo se às vezes de um mês, um mês e meio já o programa já recebe aquela solicitação. Mas, claro que tem que ter um indicativo já do desligamento. Por quê? Qual é o objetivo do programa? Construir uma proposta de proteção. E aí, geralmente o que a gente vai fazer? A gente vai agendar com aquele adolescente dentro do socioeducativo, né, a gente não faz atendimento lá dentro, mas ele ainda está em cumprimento. A gente faz o atendimento no Judiciário. A gente vai buscar formas de atender aquela família para entender porque é porque na maioria das vezes a gente, o adolescente, ele pode dizer uma ameaça. Só que ele está fora desse território faz tempo. Então quem vai trazer muito é a rede? A família. Então o programa faz estudo de caso, faz atendimento dessa família. Se for preciso, vai até o interior para fazer o atendimento dessas famílias ou às vezes esse atendimento, quando adolescente, está em cumprimento de medida, aqui, por exemplo, quando a família vem para visitar isso, a gente vai, no caso a caso, aí discutindo com o Judiciário, com a rede do local. O adolescente de 18 anos, é público do programa, o egresso do socioeducativo, é público do programa, né? O adolescente de 18 anos, quando ele sai do socioeducativo, por exemplo, e a ameaça que ensejou a sua ação, ele não pode entrar no programa por aquele motivo, o programa vai atender agora na saída, agora um adolescente, por exemplo, que completou 19 anos, ele não é egresso do socioeducativo. Ele não é o público do

programa, Tá. Então o público do programa é um dos jovens de 18 anos, egresso do sistema socioeducativo. E também é um desafio, né gente? Porque a gente recebe jovens de 18 anos que às vezes existe a modalidade de inclusão no programa, né? Porque a gente já falou da familiar, quando a família vem, existe a modalidade acolhimento institucional, existe a inclusão individual que esses adolescentes de 18 anos que não tem o apoio da família, que aí o programa vai começar do zero com essa família para construir ali e eu acho, só pra não ser extenso, que acho que não foi falado aqui que é importante quando vocês falaram do recurso. A assistência entra nessa questão do recurso para o acolhimento, porque o programa nas outras modalidades a gente faz o custeio do aluguel, a gente faz a alimentação até a família inserir medicação, vestuário. Então a gente acaba abarcando isso como um todo e acho que eu consegui responder?

DRA. PAOLA DOMINGUES: ou você vai ter que responder. Eu queria só dizer deixar claro que esse adolescente que sai com 18 ele não vai pra acolhimento, ele não vai ser público desse desregramento. Ele, ele, vai pra essa modalidade individual e o programa vai ajudar nesse processo de autonomia dele, de morar sozinho, de gerir a renda, entendeu? É como se ele estivesse saindo de um acolhimento. (...) deveria receber até, só que nós só temos duas repúblicas no estado e aqui em Belo Horizonte, uma feminina tem 12 vagas no estado. Então assim os que vão pra República são a exceção da exceção, da exceção e todos de Belo Horizonte, porque é um é o serviço municipal. **MARIA BAIÃO:** Boa tarde doutora, Eu agradeço a presença de todos vocês que estão contribuindo conosco. É tanta coisa que a gente quer saber que algumas já foram ditas, mas eu tenho aqui comigo quando alguém comenta a questão do financiamento. Então o conselho aqui em Belo Horizonte, quando ele foi fundado, nós tínhamos uma parceria com o Dr. Celso Pena, ele era parceiro assim, mas era uma pessoa fantástica, que trabalhava conosco, que a gente tinha muito essa questão da criança já naquela época e o conselho já tem mais de 20 anos. O o Dr. Celso, era assim, se fizéssemos reunião semana inteira, ele tinha e parece que tinha aquele carinho sempre de orientar as famílias, levar as crianças. E a gente confiava ali porque sabia que as crianças não iam ficar de qualquer jeito lá no acolhimento, ele tinha um trabalho muito bom conosco. Então a assistência sempre acolheu, sempre acolheu. Aqui em Belo Horizonte, sempre acolheu. A minha preocupação, outra preocupação que eu tenho quando vocês falam, é quer dizer, eu sei disso. A criança vai para outro município, eu tenho a preocupação, primeiro ela está dizendo que ela está se desligando da família, sem saber se vai voltar, quando a família não pode estar com ela. Por esses motivos que vocês já colocaram, distância, não deixar a casa e tudo mais, na cabeça dessa criança eu tenho como é que ainda é pior ainda que ela está lá, acolhida, ela foi recebida na cidade, mas ela não está acolhida, porque para esse acolhimento tem que ter uma pessoa ali, uma psicóloga, mas que ela tem que ser humana para entender o problema daquela criança, para ajudar na reconstrução dessa família. Isso é muito sério. Eu costumo falar doutora, eu fui doada desde os quatro anos de idade, então eu sou uma mulher que se eu dependesse de mim, adotasse alguém ou botasse uma criança dessas na minha casa, eu não tenho coragem. Pelo que eu passei. Se não tiver um trabalho muito bem feito com essa criança para que ela volte pra casa e a maioria das vezes a gente sabe que ela pode até voltar, mas ela foge de casa e vai viver a vida sabe se lá como, que hoje nós estamos perdendo os adolescentes. Hoje estava conversando com Arlete, o absurdo de crianças que estão morrendo por causa da droga. Então também eu acho que é um trabalho que o governo já era sem tempo de fazer, ter um programa de orientação a esses jovens na área de desse maldito visto. Então eu tenho muito essa preocupação, dessa reconstrução familiar, dessa reconstrução desse jovem que se não tiver uma pessoa ali, com um certo amor, um certo cuidado, porque tudo, só dele está sendo retirado de casa para levar para outro município já é um problema seríssimo psicólogo psicológico para ele é e é quando se é criança, depois não se recompõe, não se recompõe, aquilo fica eternamente. Hoje, os estudiosos falam aí que o a cadeia não se refaz, a não ser que seja por ele mesmo e a mão de Deus. E se ele não tiver essa indução de uma religião ou algo melhor, ele vai virar bandido mesmo, infelizmente nós estamos aqui, um grupo de pessoas conscientizadas que a gente quer ajudar. Precisa sim ajudar essas pessoas é difícil, mas passa por esse amor e essa é essa, esse recebimento que ele vai ter no município pra que ele tenha condições de voltar pra casa, porque se não, não volta. Eu trabalhei muitos anos com crianças em creche, então ela começa lá na base, né? Muito obrigada a vocês. **DONA**

ARLETE: Obrigada, Baião. Então gente, nós encerramos aqui as falas, minhas contribuições na pessoa do Baião e nesse momento a gente deveria já ter desocupado o prédio, não é, Paula? Mas a gente acha que deveríamos concluir essa atividade contando inclusive com a participação de toda a equipe. Doutora Paula Todos nós, e pedir um tempinho, porque nós estamos assim, no limite do número de pessoas que podem votar. Então vamos avançar. **NÃO IDENTIFICADO:** Minuta de resolução aprova os critérios de elegibilidade e partilha de recurso para o qual o cofinanciamento estadual dos serviços de acolhimento institucional para municípios que disponibilizam vagas para crianças e adolescentes encaminhados pelo PPCAM Minas Gerais. O Conselho Estadual de Assistência Social CEAS MG, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Estadual número Lei Federal número 8.742, de 7 de dezembro de 93, pela Lei Estadual 12.262, de 23 de julho de 96, e pelo Regimento Interno e considerando a deliberação (...) da 41ª Plenária extraordinária no dia 13 de dezembro de 2023, considerando a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS Lei Federal 8.742, de 7 de dezembro de 93, que dispõe sobre a organização, Assistência Social e dá outras providências, considerando a Lei Estadual número 12.262, de 23 de julho de 96, que dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social, considerando a Lei Estadual 12.227, de 2 de julho de 96, que cria o Fundo Estadual de Assistência Social FEAS e dá outras providências, considerando a resolução do CNAS, esse Conselho Nacional de Assistência Social, número 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social PNAS, que dispõe sobre as diretrizes e princípios para implementação do Sistema Único de Assistência Social SUAS. Considerando Alessandro Atual 15.473, de 28 de janeiro de 2005, que autoriza a criação do Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no Estado de Minas Gerais PPCAM. Considerando a Resolução CNAS 2269, de 13 de dezembro de 2006, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos Sistema Único de Assistência Social NOB DH SUAS, (...) considerando o Decreto federal número 6231, de 11 de outubro de 2007, que institui o Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçados de Morte PPCAM, Considerando o Decreto Estadual 44.838, de 19 de junho de 2008, que regulamenta esta lei, o número 15.473 de 2005, que dispõe sobre o Programa de Proteção de Criança e Adolescente Ameaçado de morte no Estado de Minas Gerais, Considerando a resolução CNAS 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, considerando a resolução conjunta CGOV, CGE 06, de 24 de janeiro de 2020, que estabelece o Regulamento do Cadastro Geral de (...), considerando o Decreto estadual 48.269, de 20 de setembro de 2021, que dispõe sobre as transferências de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social FEAS, considerando a Resolução conjunta CEAS (...) número 1, de 3 de dezembro de 2021, que estabelece diretrizes para o financiamento de serviços de acolhimento familiar e institucional para crianças e adolescentes no Estado de Minas Gerais. Considerando a resolução número cinco, de 11 de dezembro de 2023 da Comissão Intergestores Bipartite SIB, que pactua os critérios de elegibilidade e partilha de recursos para o cofinanciamento estadual dos serviços de acolhimento institucional para municípios que disponibilizam vagas para crianças e ou adolescentes encaminhados pelo PPCAM resolve. **NÃO IDENTIFICADO:** Artigo Primeiro, aprovar os critérios de elegibilidade partilha de recursos para o cofinanciamento estadual do serviço de acolhimento Institucional para municípios que disponibilizam vagas para crianças e adolescentes encaminhados para o PPCAM. **GRAZIELE CACHAPUZ:** Destaque. A resolução que me gerou as maiores dúvidas. Claro que aí a plenária elucidou, mas eu penso que tem que deixar mais explícito que são adolescentes que estão que não são encaminhados pelo PPCAM, que são aqueles adolescentes que já que não têm vínculos familiares ou que já estavam em situação de acolhimento institucional. **TATIANE:** Essa ação é justamente para acolher os adolescentes encaminhados pelo Programa de proteção a esse diferencial. Essa resolução é para esses (...) mas se ele está no programa de proteção, não é que ele não tenha família. Ele está no programa de proteção porque necessita de um acolhimento institucional. **GRAZIELE CACHAPUZ:** Eu entendo, mas a questão é a seguinte: (...) tem que ter em algum momento, que a gente tem de diferenciar os acolhimentos do PPCAM individuais, familiares. Vocês falaram algumas modalidades. Individuais, familiares e acolhimento institucional, que é isso que não ficou explícito para mim no regimento. **NÃO IDENTIFICADO:** (...) dizer alguma coisa assim, disponível para crianças e adolescentes encaminhados pelo PPCAM

que demandem a aplicação da medida protetiva de acolhimento. Isso que ela está falando, alguma coisa assim, entendeu? (...) **ÉRICA PRETES:** Meu nome é Érica Prestes, eu sou diretora de proteção da SEDESE dos programas de proteção a pessoas ameaçadas de morte, inclusive PPCAM. Essas questões de detalhe em relação ao PPCAM estão nos próximos artigos que especifica quem são os adolescentes acolhidos nesta resolução. Então eu acho que modificar esse primeiro artigo vai ficar redundante em relação aos outros, talvez seja mais interessante a gente passar a leitura (...) **NÃO IDENTIFICADO:** Artigo Segundo, o PPCAM tem por finalidade proteger em conformidade com o disposto na Lei 8069 de 1990, Estatuto da Criança e Adolescente, Criança e Adolescentes expostos a grave e iminente ameaça de morte quando esgotados todos os meios convencionais por meio da prevenção (...) **ISAAC DOS SANTOS:** Parágrafo primeiro, nos casos de criança e adolescente ameaçados de morte, considerando que sua manutenção no contexto familiar e comunitário de origem pode representar risco à vida. Insegurança poderá ser realizado caminharmento pelo serviço de acolhimento em comarca distinta do município de origem. Parágrafo segundo Compete ao Estado, por meio da Secretaria de Estado de Movimento Social SEDESE, o cofinanciamento do Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes e a gestão das vagas de acolhimento para crianças e adolescentes incluídos no PPCAM na modalidade individual, conforme estabelecido nesta resolução, garantindo quando necessário, o seu afastamento do município de origem, sem prejuízo da possibilidade de outros acordos formais entre os municípios para viabilizar a transferência de criança ou adolescente ameaçado. Parágrafo terceiro, a rede de proteção local deverá atuar de forma cooperativa na proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes, expostos a grave e iminente ameaça de morte que necessitem de transferência para município diverso da residência de origem, mediante articulação interinstitucional com os serviços de promoção, proteção e defesa de direitos das crianças e adolescentes. Parágrafo quarto, o município qual financiado, receberá por parte da SEDESE, assessoramento técnico e ações de qualificação continuadas que se fizerem necessárias para aprimorar o serviço de acolhimento institucional, projetos e atendimentos relacionados à promoção, proteção e garantia integral de Direitos Humanos de Criança e Adolescente. **GRAZIELE CACHAPUZ:** Destaque no parágrafo Terceiro. **ISAAC DOS SANTOS:** Artigo terceiro, são elegíveis ao cofinanciamento estadual os municípios que possuem unidades de acolhimento institucional, governamental e ou não governamental que ofertam serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes em abrigos ou casa lares e que, I- possam, pelo menos possuam pelo menos um Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS Municipal Ativo no CAT SUAS ou referenciado a um CREAS Regional. II - Possuam pelo -1 Centro de Atenção Psicossocial CAPS. III - Manifestem interesse em aderir ao cofinanciamento por meio de instrumento a ser disponibilizado pela SEDESE. Artigo Quarto, o valor anual do financiamento para os municípios que realizarem o aceite para reserva de vaga de acolhimento de no mínimo uma criança e ou adolescente encaminhados pelo PPCAM Minas Gerais será de R\$36.000 em parcelas de R\$3.000 mensais por vaga da Unidade Executora de Serviços até o limite de quatro unidades por município. Parágrafo único, a SEDESE realizará a classificação dos municípios elegíveis conforme a disponibilidade orçamentária, financeira e critérios do Anexo I. Artigo cinco, cada município cofinanciado deverá disponibilizar, direta ou indiretamente, em cada unidade executora do serviço, no mínimo, uma vaga para acolhimento de uma criança ou adolescente, encaminhados por meio do PPCAM Minas Gerais, mediante solicitação da SEDESE. Parágrafo primeiro. O cofinanciamento será condicionado à reserva de vaga. Sendo que o encaminhamento da criança e adolescente será realizado conforme necessidade da SEDESE. Parágrafo segundo. O município elegível poderá receber recurso para o Serviço de Acolhimento Institucional para até quatro unidades de acolhimento, sendo que cada unidade acolherá no máximo uma criança e ou adolescente, salvo em casos excepcionais de grupo familiar de até dois membros ou adolescentes gestantes, situações em que a unidade prestará o acolhimento conjunto. **GRAZIELE CACHAPUZ:** Destaque mas é uma dúvida mesmo. (...) **ISAAC DOS SANTOS:** Parágrafo terceiro. O recurso a ser repassado ser utilizado pela manutenção do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, de acordo com as provisões dispostas na tipificação nacional do serviço sócio assistenciais, ambientes físicos, recursos materiais, recursos humanos e trabalho social essencial ao serviço independente de

encaminhamento de criança ou adolescente para o acolhimento. Artigo seis O recurso do cofinanciamento será transferido na modalidade Fundo a Fundo do Fundo Estadual de Assistência Social, FEAS aos Fundos Municipais de Assistência Social FMAS dos municípios contemplados conforme disponibilidade orçamentária e financeira do FEAS observadas os dispostos constantes no Decreto Estadual número 43.279, de 20 de setembro de 2021. Artigo sétimo Os municípios elegíveis para cofinanciamento estadual deverão firmar termo de aceite disponibilizado pela SEDESE no sistema eletrônico de formação, SEI, e preencher anualmente plano de serviços relativos ao cofinanciamento tramitado no Sistema de Gestão de Convênios, Portarias e Contratos do Estado de Minas Gerais. SIGCOM Minas Gerais, módulo saída, que deve ser aprovado pelo CMAS e autorizado pela SEDESE. (...) Artigo oitavo, a SEDESE editará a resolução e orientação, orientações técnicas complementares visando subsidiar os municípios mineiros em todos os procedimentos necessários. Destaque no oito. Parágrafo único, a resolução a ser editada pela SEDESE incluirá previsão da possibilidade de rescisão unilateral do aceite, por qualquer das partes. Artigo Nono, esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. (...) **GRAZIELE CACHAPUZ:** Vou pedir pra manter, não fica redundante em nenhum momento essa informação aparece na resolução. Parágrafo primeiro. **TATIANE:** Gente, vocês podem fazer a leitura de novo do parágrafo primeiro pra gente? **ISAAC DOS SANTOS:** Posso sim. Primeiro, olha o primeiro. Artigo Primeiro, aprovar os critérios de elegibilidade partilha de recursos para o cofinanciamento estadual do Serviço de Acolhimento Institucional para Municípios que disponibilizam vagas para crianças e ou adolescentes encaminhados pelo PPCAM Minas Gerais, que demandem a aplicação de medidas protetivas de acolhimento. **NÃO IDENTIFICADO:** Eu posso fazer a defesa da redação original? (...) é que para a criança estar acolhida no PPCAM, pra fazer esse acolhimento desculpa, pra fazer esse acolhimento via PPCAM, essa criança já está em medida protetiva. Então a questão da resolução que a gente tá tentando, tá trabalhando aqui é justamente financiar esses serviços de acolhimento que já são responsáveis pelo acolhimento de crianças adolescentes para que eles reservem vagas para as crianças que estão com medidas protetivas via PPCAM. Então, a questão é sempre focar nesse diferencial da resolução, que é a garantia da vaga nessas instituições que já fazem acolhimento. Então que essas crianças do PPCAM elas já estão com medida. Entendeu? (...) elas não vão ser acolhidas no serviço de acolhimento de outra maneira, se elas não estiverem inseridas, Entendeu? **GRAZIELE CACHAPUZ:** Eu continuo pensando que não fere, aí pode colocar uma correção ali, que é a medida protetiva em modalidades de acolhimento, porque o termo correto é esse. (...) de acolhimento institucional. Eu também não vejo problema, na verdade. E eu acho que o artigo da forma como ele era anterior, eu via muitos problemas. **PATRICIA:** Eu posso falar? Gente já tem acolhimento institucional na mesma frase em cima, eu vou colocar de novo. É co-financiamento estadual de Serviço de Acolhimento Institucional para Municípios. Aí, na mesma frase, eu fico com acolhimento situacional, isso é redundante até no português. **GABRIELA LOIOLA:** Não é redundante não, porque aqui demanda a aplicação da medida protetiva. Não é toda criança adolescente que demanda essa medida protetiva. **TATIANE:** O Acolhimento institucional já é pra toda criança que tenha medida protetiva. Não existe acolhimento institucional sem a medida. Questão de ordem também. A resolução era para financiar e refinanciar essas unidades que já fazem acolhimento. A partir do momento que a gente coloca lá que ela só vai ser utilizada com essas crianças que estão em modalidade acolhimento por medida protetiva, a gente pode estar reduzindo a aplicabilidade, porque a questão é poder usar esse recurso mesmo quando a unidade não esteja com crianças do PPCAM. Então, se essa unidade não tem a criança acolhida pelo PPCAM, eu acho que (...) **GRAZIELE CACHAPUZ:** Eu vou insistir no termo gente aí embaixo já fala que também que ele pode utilizar, que essa vaga do PPCAM é pra reserva, independente se a criança estiver acolhida pelo PPCAM nessa unidade, então tem esse ponto que então tem outra forma de entendimento dessa resolução e para além disso ela fala que o recurso pode ser usado em todo o serviço da forma que um serviço melhor avaliar, conforme o plano de atuação. **ELDER GABRICH:** Só uma questão de ordem. Nós temos duas propostas, uma que é pra manter o artigo original e a outra por sugestão da Grazielle. Então vamos só votar porque aí a gente avança na matéria. Pode ser presidente? (...) **DONA ARLETE:** A ideia é essa mesmo. Tem essas duas propostas, têm a original e essa acrescida da sugestão da Grazi. Então quem vota na proposta original, por favor,

se manifeste. (...) **DONA ARLETE:** 09. Quem vota na segunda proposta, por favor se manifeste. (...) Quem se abstém? Aprovada a proposta original. **GRAZIELE CACHAPUZ:** Questão de ordem, não tem quórum pra poder discutir essa matéria. (...) **NÃO IDENTIFICADO:** Questão de ontem, a primeira votação foram dez pessoas, foram dez votos. Pode levantar de novo, favor. Quem aprova a proposta original? Quatro Aqui na frente cinco, seis, sete, oito, nove, dez. Como eu disse desde o início. Então tá. Quem votou contrário? Os quatro, os quatro, não dez mais quatro, 14. Temos quórum. **DONA ARLETE:** Foi aprovada a proposta original. Prossigamos, por favor. Próximo destaque por favor. (...) **ELDER GABRICH:** Eu vou reler. Parágrafo terceiro. A rede de proteção local deveria atuar de forma cooperativa na proteção e garantia dos direitos da criança e adolescente expostos à grave e iminente ameaça de morte que necessita de transferência para o município diverso da residência de origem, mediante articulação interinstitucional com o serviço de Promoção, Proteção e Defesa de Direitos das Crianças e Adolescentes. **GRAZIELE CACHAPUZ:** Tem alguma coisa no texto que está me incomodando, porque eu tô entendendo que eles estão dizendo que o município de origem do adolescente, não é isso? Não? Tem alguma coisa nesse texto que está me incomodando, então só explicar que aí a gente tenta organizar. **NÃO IDENTIFICADO:** Tá escrito lá, diversa da residência de origem. Então não é um município. Diverso do município de origem. Não, gente, município diverso, diferente do município de origem. O município que vai receber. **GRAZIELE CACHAPUZ:** Pois é, então a rede de proteção à rede de proteção local deverá atuar de forma cooperativa nessa rede de proteção local, que deverá atuar de forma cooperativa e o município vai receber que vai receber. **NÃO IDENTIFICADO:** Isso, porque não é só a unidade de acolhimento que vai atuar. Aí precisa da saúde, precisa da educação, precisa da rede. **GRAZIELE CACHAPUZ:** Eu penso que a gente precisa colocar alguma, alguma questão aí. E aí vocês, desculpem não conseguir colaborar com texto, porque minha cabeça está doendo, entre outras coisas, mas só porque eu acho que tem que ter alguma questão que precisa fazer um trabalho interdisciplinar, as equipes precisam fazer um trabalho interdisciplinar para isso. Porque qual é a dúvida, querida? Sim, eu estou dizendo é porque está muito vago, tá muito solto. É por isso que eu estou falando para vocês contribuírem. Quando chega no município, isso bate e volta porque eles não compreendem. Vocês vão me desculpar. (...) não é questão de formação em Direito, é compreender a rede sócio assistencial, compreender o SUAS. Porque quando isso chega no município, o município não faz essa compreensão, desse jeito que tá aí. (...) **DRA. PAOLA DOMINGUES:** Então eu falo que é compreensão de direito, que a resolução é um texto de redação de Direito que não deve ser desse detalhamento. Você tá querendo explicar, não entendeu? (...) **GABRIELA LOIOLA:** O que eu gostaria de saber é porque agora com a incidência da Grazi me veio uma dúvida. Porque eu compreendo que para além do trabalho do município diverso, a gente talvez deveria propor um parágrafo falando do trabalho lá na família de origem, dentro daquele município que a criança, a criança e o adolescente, veio, de onde ele veio. Que eu não me recordo que na leitura da resolução se tem, se tem essa proposta. (...) **GRAZIELE CACHAPUZ:** Deixa só eu pedir uma questão de ordem. Eu sei da ansiedade, da angústia que vocês estão, mas a gente tá tentando fazer um trabalho para melhor entregar para o município. Então a gente está assim, a gente sabe cotidianamente como é a relação dos municípios com a gente, com o CEAS, Então, o que a gente está tentando melhorar é o texto. A gente não tá se negando a aprovar, a gente não está se nega a compreender. A gente quer melhorar o texto. É só isso que a gente quer. E aí, se vocês ficarem às vezes fazendo, ou não pedir a palavra pra falar o que vocês precisam e ficar interrompendo, fica difícil pra gente entender. A gente só quer melhorar o texto. **PATRICIA:** A gente está aqui, todo mundo pra colaborar, pra melhorar o texto, pra gente sair daqui com a melhor possibilidade. Na resolução da SEDESE, o que a gente vai regulamentar, vai estar detalhado, inclusive essa questão que você colocou que é muito importante, como vai ser o trabalho com o município de origem para que essa pessoa retorne pra lá. Então vai estar detalhado, regulamentando essa atuação, tá? Então a gente não colocou aí pensando que é uma resolução mais ampla, com critérios de partilha de recurso e elegibilidade e o detalhamento desse processo vai vir na resolução da SEDESE que regulamenta, tá? Então ela vai ser bem detalhada mesmo dizendo da articulação interssetorial, do estudo de caso, da rede, da articulação com a saúde. Tá bom. **NÃO IDENTIFICADO:** Só uma coisa rapidinho, que é um pouco do que a Tati falou, que a equipe está

falando, muito do que a gente está discutindo, já é parte da diretriz do PPCAM, esse trabalho com o município de origem. Muito do que a gente tá falando já está regulamentado no PPCAM, que essa meus outros são muito mais sobre o nosso conceito, como vamos partilhar, como vai ser esse município cofinanciado? Do que de fato o que o PPCAM faz ou como PPCAM não faz. Então, essa é uma opinião. É muito mais interessante focar o discurso (...) porque aquele todo, considerando que a impressão que a gente fez foi justamente sobre isso, mostrando como PPCAM aplica, mas é de origem. O município de destino, como é que ele resolve, se vai ser acolhido institucional, se não vai. Tudo isso já está regulamentado no PPCAM, inclusive na Lei Federal, que a gente aplica no Estado. Então, por isso que eu acho que o texto deva ser mais enxuto, essa é minha defesa. **SIMONE MARIA:** Eu só queria dizer pra Grazi, eu acho que está todo mundo cansado, mas a gente também está para contribuir, mas que ela dê também a sugestão de texto, porque ela está pontuando. Então, assim que ela me traga também uma solução para o texto, porque eu estou confortável com o texto que tá, quem está dando pontuação é você. Então você também nos traga o texto pra gente poder entender melhor, porque não adianta você soltar bomba em nós, se pra mim o texto já está contemplado. Por isso que eu estou aprovando. **ISAAC DOS SANTOS:** Na verdade eu só queria pontuar que a fala da Grazi tem sentido porque ela é muito voltada no como fazer. E aí eu vou chamar a atenção para o CEAS, que o como fazer a gente precisa sentar com o Conselho Estadual da Criança Adolescente. Não tem como a gente dar uma normativa sem sentar com o pessoal do Cética. Como é uma resolução que trata de financiamento, eu estou contemplada com o texto original e reitero a fala da conselheira Simone. Se o texto não está no anseio da conselheira Grazielle, que ela aponte, porque senão a gente não vai sair daqui hoje. (...) gente, é consenso pra mim. Está pacificado? Podemos manter esse texto. Não precisa nem votar dona Arlete. (...) é o próximo destaque, gente. Para um segundo, o município elegível. Poderá receber recursos para o Serviço de Acolhimento Institucional para até quatro unidades de acolhimento, sendo que cada unidade acolherá no máximo uma criança ou adolescente, salvo em casos excepcionais de grupo familiar de até dois membros adolescentes, gestantes. Situações em que a unidade prestará o acolhimento conjunto. Momento da mesma pergunta a Tatiane. Nesse caso, ela vai continuar recebendo só os 6000, mas eventualmente ela vai receber dois, ou nesse caso, ela recebe durante o período que a criança estiver lá, ela recebe em dobro, em dobro, mais de um. E a minha pergunta então, foi uma questão que ele discutiu na CBF. É o que a gente pensa. A regra é receber um. Se tiver alguma ou se tiver alguma necessidade. Receber mais de um adolescente vai verificar com a unidade de acolhimento se ela tem vaga primeiro que a reserva de um. Então, se ela tem, terá vaga. E aí o que você pode fazer é pedir um aporte de recurso para essa unidade, considerando que ela iria receber mais o pai. Grande possibilidade. Não sei se isso pode, mas não sei se vai falar a mesma coisa, mas acho que sim. Então eu acho que tem que estar nesta resolução, tem que ter essa previsão, né? E outra coisa, minha dúvida é porque a gente tá falando até dois membros, se foram três, se forem três irmãos, vai separar um. O que? Como vocês vão prever, Porque aí são situações muito excepcionais. Esse é um grupo familiar maior e não iria para a unidade, para pra modalidade individual. E há um pequeno trabalho, outras possibilidades, com um grupo familiar maior, com a família está aí e ainda nessa linha de pensar que seja dois. Por exemplo, uma garota grávida aí esse bebê nasce aí só tem 3000, a pessoa vai aí. E o que a doutora Paula disse que é a gravidez, sugerindo que a gente coloque isso na resolução expressa, porque a gente entendeu que pode ser feito um aporte de recurso. Caso receba mais, pode estar recebendo com outros. Para cada são pode colocar ela em casos excepcionais de grupo familiar de até dois membros ou algo assim. Gestante e adolescente, em que a unidade está na cena, em circunstâncias em que terá um aditivo, um aporte pode ser um aporte qualquer, senão adicional para o membro. Isso a gente pode colocar um valor de até 50%, 60% sobre valor ou não vale o mesmo. Mas se é uma vaga e o valor valor igual ou sempre final, isso é com um exemplo X mesmo, não interessa, só que não. 1% são instâncias nas quais, se não ela é tudo de novo e não só um pedaço. Só volta lá por volta dela, dobro aí, aí não é? Tá errado. Eu faço a mesma cara porque foi antes acolhimento durante um tempo eu já falei, até porque eu acho que aí não é só para cada membro, já é de fato, durante o período, durante o período de vamos ler, porque aí a mulher está de volta ao ponto, é porque está metade numa parte e metade nem outra. Deixa o

artigo. O parágrafo perdão completo nela são porque isso é efeito do parágrafo. Segundo o município elegível. Gente, tem muita aqui. Por favor, pare de seguir. O município elegível poderá receber recurso para o Centro de Acolhimento Institucional para até quatro unidades de acolhimento, sendo que cada unidade acolherá no máximo uma criança e o adolescente, salvo em casos excepcionais de apoio familiar de até 12 membros e adolescentes gestantes. Situação situações em que a unidade prestará o acolhimento conjunto. Circunstâncias nas quais haverá aporte adicional de recursos para cada membro extra durante o período de acolhimento. Eu acho que mesmo para cada 1000 pessoas que estão nascendo crianças, também haverá gerar aí o estado de básicas para tratar de pessoas. Ou seja, para cada membro tem que ser três a mãe. Isso é excedente para cada estado. Enquanto vocês têm um repórter do jornal britânico que foi preso. Mas esse profissional não é só o direito nacional, ele é depois adicionado por uma vírgula. Mas aí com adicional, o que aconteceu? Ele só para saber como é que eu diria aquilo Pronto, mas eu só acho melhor. E eu queria. E é porque assim a gente pensa pelos municípios lá tá falando adolescentes, gestantes e eu. E compreendo que a proposta seriam adolescentes, porque depois que nasce a criança, ela vai continuar na unidade, não é? Ou lactantes, Como é que vai ser isso adequado? Porque é porque é gestante aí, embora sejam duas pessoas, uma pessoa. Aí eu penso que a proposta não é desligar a Amanda do filho ou da filha gestante. Eu acho que talvez colocar a gestante, lactantes ou não, nem ser gente, porque às vezes a mãe não dá o leite e a criança precisa daquele contato. Mas obviamente, adolescentes, mães, lactantes, porque essa é uma relação que a gente sabe que traz um impacto. E eu vou fazer a defesa da menina de três anos. Eu sei porque é importante ter contato da criança com a mãe para a gente pensar nisso aí Talvez seja adolescentes, gestantes, lactantes, mas eu não sei se nossa mãe vai dar atenção. Talvez sim, mas a mãe, como já não é uma família, ainda se que só pode acontecer dessa. Eu acho que é um desafio, mas não deixa mais a dignidade. Eu acho melhor você falar coisas do tipo mas eu estou mais tarde ainda. 2016 já foi, mas eu não posso adiantar. Eu acho que a comunicação com 760 pronto, gente. Então você chama essa pessoa. É consenso. Você olha, está próxima, está aqui essa que você teve aí, que é antigamente, essa adolescente, essa mãe, né? Ela bebe. E esse é o momento que teria que entrar do governo, a casa das mães, puérperas, acolher essa gestante para depois voltar para o seio da família que nós aqui temos e é gratificante. É muito bom o trabalho. Então o Estado tinha que ter para acolher. Depois ela voltaria para outras. Com o sétimo artigo tem que estar Rodrigo, Gabrielle, Paula eu vou ler. Você acha necessário? Rodrigo: Eu já falei ok, Rodrigo faz ali no módulo de saída que deve ser inscrito. O programa é aprovado. Nós não vamos escrever o programa não, uma vez que tem uma relação com OSC. Não temos um projeto de OSC apresentado aqui, tem OSC? Pois é, o acolhimento tem. Eu não tenho não, porque vou propor o que a gente faz. Aí eu com o plano, com o município e a gente vai ter com o município, que então vai definir se vai tudo mudar. Usa o nome da rede governamental do próprio município ou não? Acho que a gente não pactuou diretamente com ela não, tudo bem, mas independente disso, tem que escrever o programa, não, eu pensei nisso. Além de aprovar, não sei, mas a gente tem que escrever o programa, não é Não, Eu não entendi o Rodrigo, mas não é. Não é programa. É um cofinanciamento para um serviço que já existe no município. Tudo bem, então o serviço de acolhimento já está inscrito no conselho, então retiro um pouco, na verdade. Gabriela: Sim, mas na verdade a gente já conversou sobre isso aqui. É chover no molhado, mas eu vou insistir, a gente coloca aqui. Deve ser aprovado e deliberado pelo CMS, porque a gente sabe como funciona lá nos municípios, muitas vezes ficam só como processo de apreciação. E não é levar para discussão, deve ser mesmo um processo de deliberação. E é aí que a gente sabe como funciona. Então, deliberar e aprovar a presidente quer eleger Paulo? Foi, Paulo não pode não. E a dúvida também era em relação às organizações da sociedade civil. Se em se tratando de serviço não governamental, não seria interessante ter nenhum tipo de documento da não anuência deles, né? No sentido de recebimento, mas esses já falaram que não tá bom caminho e tal. Eu vou replicar em nível estado menor. Vou repetir o que eu disse ali, acho deve é uma sugestão para redação A Só deve editar a resolução e orientações técnicas conjunta com o Conselho Estadual dos Direitos de Criança e Adolescente, visando subsidiar os municípios mineiros em todos os procedimentos necessário à execução da pactuação ou você deve ou não é um Conselho da Criança, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Mas é

aqui a orientação eu colocar orientações técnicas conjuntas em vez de complementares. Aí tem muitas possibilidades. A gente não tem, porque a gente tem a resolução que fala. A resolução é a última, que está no Considerando de 2021 zero zero um de 2020, uma resolução conjunta 06h07, cética, que foi uma resolução que a gente levou anos, 12 anos. Ficou excelente resolução, mas a gente levou mais dez anos. A gente estava falando para conseguir fazer essa resolução, que fala exatamente do serviço de acolhimento. A gente normatiza o acolhimento institucional e familiar de criança e adolescente. Já incluir a questão do programa de proteção das pessoas adolescentes ameaçadas de morte. Então a gente já tem e coloca e a gente já colocou, não considerando que o que essa resolução da vez vai trazer e os procedimentos, inclusive de prestação de contas, de monitoramento, de procedimento, de parceria com os que de procedimento lá pra prestação de contas. Então é algo que ela é mais interno, dá só dez e mesmo assim não acho que é conjunta, porque o que é conjunto, já que que é o que é conjunto, que depende da atuação dos dois. O Conselho está disposto na Resolução zero um, que é a última do considerando, mas eu e Gabrielle estamos querendo não vamos fazer. Então eu fico pensando Gabriela, se me chamasse não seria o caso da gente deixar isso evidente ali. A CBS, na resolução de orientações, técnicas complementares. Aí pode até colocar um termo genérico, tais como de monitoramento a. Inclusive a comédia está aqui e eu acho que provavelmente vai estar nesta resolução se vocês trouxerem para a discussão que a minha proposta seria que a gente incluísse algo que contribuísse com o diálogo, muitas vezes da dor. Eu sei que é uma responsabilidade toda, mas nesse caso específico, quando recebeu as crianças encaminhadas para o PPP, essa ideia de contribuir para uma aproximação maior do diálogo com o Poder Judiciário, porque esse é um gargalo forte da política de assistência social e essa é uma realidade muito específica. Mas eu não sei se entra nessa resolução que vai ser feita pela certeza que, pelo que eu estou entendendo, não será o lugar, porque aqui não é só um ponto de partida, de financiamento. Então, mas eu queria registrar isso e eu tentando, eu gostaria. Eu gostaria de fazer uma sugestão de redação em relação a esse artigo oitavo com a redação original, que estava uma vírgula dizendo que referentes aos termos desta resolução que está sendo aprovada, porque a resolução do SDS, as orientações técnicas serão referentes ao cofinanciamento e específico em relação a isso. Agora em relação ao funcionamento do PPK, a atuação PPK em rede, isso tudo já foi e já foi trabalhado nesta resolução. Cética Se é isso, então é para deixar bem específico que é essa a resolução que essa tese vai editar e para regulamentar esta aprovada na rocha no seis e máxime é discutível se pode. Cara, eu vou tirar a minha proposta, mas também não tem. Mas ficou bom assim ó. A gente tem gente de volta à redação anterior. Deixa eu só pra te fazer o que ela falou na volta anterior. E aí coloca que será referente nos termos desta resolução, porque aí reduz o âmbito de atuação e de proposição da resolução e a orientação técnica que essa ideia vai fazer. Assim, vamos ler essa proposta até a resolução e orientações técnicas complementares, nos termos desta resolução, visando subsidiar os municípios mineiros em todos os procedimentos necessários e a questão da pactuação. O parágrafo único tem um destaque da Gabi também não era esse? Então pronto, Então concluímos podemos voltar para a planilha de votação porque é matéria orçamentária, salvo seja, destinação correta da aula na CPP, para que haja isso. Então vamos lá então, vamos lá. Arlete Arlete Alves pelo grau do trabalho assim participando Gabriela Loiola e pela levada pela aprovação Grazielle Machado Grazielle CRP pela aprovação Isac Lopes Voto pela aprovação. Karine eu me abstenho, mas sem tirar nada. Então a gente era e deve estar aqui oculta na nossa cidade a abstenção daqui. A Karine deve abstenção, eu já tenho aqui. Lucas ausente esse nada especificamente de Leandro também a Yara Patrícia preparou isso e agora não tá aí não. Você quer dizer lá uns 2 a 3. Patrícia: Pela aprovação, seu Marilene, não está? Simone Não pela aprovação dela que aceita pra eu estar, mas pela aprovação que eu tenho. Silvestre Se houver Secretaria da Fazenda pela aprovação. Gabriela e Sabrina pela aprovação, é porque a Jane Silvestre, pela aprovação dessa Iona aí. O Itamar e a Cláudia também tem aqui. Querem fazer parte. O suplente suplente como integrante de suplente a Baião, Maria Aparecida, Baião, Vital Baião, Maria Aparecida Benford, usuário pela aprovação, submeteu outra opção a Michelle Michelle Secretaria de Educação, pela aprovação. Mas, na pauta, Tomás mais Aquino, Tomás de Aquino, Tomás passando pela aprovação e a Claudia CMS Uberaba, Cláudia pela aprovação cinco, 03h01 Abstenção de registro 13. Três. Hoje, acredito nesse meu talento. 11. 13 14 Para

registro em ata, foram 13 votos pela aprovação e uma abstenção. Então aprovado. Mas vamos falar de tal Não vota lá, fala que não votou aqui, então tem que contar os votos de novo. Paulo vai lá, não só isso que você colocou agora é a soma. Deve estar errada lá toda a Karine que está na discussão não faz isso. Seis, sete, oito ainda tem. Vai dar volta à roda porque 11 por causa dos de lá não vota, vai pra direita, você pensa mas é porque tá faltando gente, então porque tem 11, oito aqui, três de lá dá os 11 uma abstenção né? Porque é 11 se nós somos 14 votando, mas alguém aí Não, não, não saiu ninguém aqui não, não vão. Itamar não votou. Vamos lá, vamos lá. Arlete votou Gabriela A Karine foi abstenção, O Lucas não está. Leandro não está. A Marilene não votou abaixo. Tem que ver se ela ou Hélder não estão na cadeira vaga. A Cleuza não está. Mas a Michelle votou. Tá maluca, a Érica não está, Úrsula também não está, Josiane não está ali. Isso não é problema não, Suplentes não tá o Paulo suplente, se olhar um chama a gente. Com certeza é mais voto de aprovação. Tem suplente, são os três aqui, a Carla não sai, daqui também não. Arlete votou, vai descer na Arlete, votou, nenhum desses aí tem direito a votar porque é titular. Tá aqui, vai descendo, não vote, não vote. Aí eu voto Itamar um voto, cadê o voto? Votou em Itamar. Paula amava o do Itamar. Tá, faltou o voto do Itamara, que é a maior taxa e acabei achando Itamar, Michelle, Cláudia, Cristiane não está tão massa, mas também está aqui, Então são quatro, 10 a 13. Eu acho que já deu pra vereador, não tá ainda nesse momento ele está rodando mais não é? Vão ser mais pronto a perguntar se não tinha dado enter na coisa. Está pronto gente, o voto auditado tem que ser raiz. Depois vem gente, muito obrigada, Estou tirando dúvidas. Agradecemos a participação de toda essa equipe que é pelas crianças.

Referência: Processo nº 1480.01.0001233/2024-44

SEI nº 82015211